



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS COM HABILITAÇÃO EM SOCIOLOGIA

IARA SOUZA VICENTE

O MITO DO BRASIL REAL, DISCURSO PATRONAL E IDEOLOGIA: A ATUAÇÃO DA
BANCADA RURALISTA NA VOTAÇÃO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

BRASÍLIA
2013

IARA SOUZA VICENTE

O MITO DO BRASIL REAL, DISCURSO PATRONAL E IDEOLOGIA: A ATUAÇÃO DA
BANCADA RURALISTA NA VOTAÇÃO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais do
Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília,
como requisito para obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Sociais habilitada em Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Tavolaro

BRASÍLIA
2013

IARA SOUZA VICENTE

O MITO DO BRASIL REAL, DISCURSO PATRONAL E IDEOLOGIA: A ATUAÇÃO DA
BANCADA RURALISTA NA VOTAÇÃO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais do
Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília,
como requisito para obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Sociais habilitada em Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Tavolaro

Aprovada em: 16.12.2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Tavolaro (Orientador)
Universidade de Brasília

Profª. Dra. Maria Francica Coelho
Universidade de Brasília

BRASÍLIA
2013

Para todas as mulheres e homens que morrem no

Arco do Desmatamento protegendo a floresta;

Para Chico Mendes e Wilson Pinheiro

Dona Cecília Mendes,

Maria e Zé Castanha,

o meu luto e os meus respeitos.

Para Claudete Rocha,

eu daria tudo para que você pudesse

assistir à minha formatura.

Índice	
Agradecimentos	I
Resumo	V
Abstract	VI
Lista de Siglas	VII
Introdução	IX
Metodologia	X
Capítulo 1	1
A Bancada Ruralista	1
Breve histórico	2
Pretensões partidárias	4
A composição da Bancada: Aspectos Econômicos e Políticos	5
Estratégia política	8
Capítulo 2	11
O Código Florestal: Histórico das tentativas de alteração	11
Audiências Públicas	13
O relatório Aldo	14
Entre os acordos políticos e a rua	15
Capítulo 3	20
Do latifúndio territorial ao latifúndio simbólico	20
Principais locutores	20
As conquistas	21
Quem sou eu para que vos fale assim?	23
Os mandruvás: Quem é o outro, para que a mim se dirija desta forma?	28
Brasil Real x Um país que não existe	29
“O pobre produtor rural”	30
O Estado	31
Conclusão	32
O mito do Brasil Real	32
O Brasil que existe: ideologia patronal	34
Tabela 1: Segmentos que manifestaram-se a favor do Novo Código Florestal - Período 1o Semestre de 2011	37
Tabela 2: Segmentos que manifestaram-se a contra o Novo Código Florestal - Período 1o Semestre de 2011	39

Agradecimentos

Como diz aquela música de Maria Bethânia, sou água e folha da Amazônia. Se traçar os meus começos, vai dar em seringueira. Sou também fruto dos esforços e surpresas da vida que levaram um menino da beira do mar pra dentro dos rios do Acre, tem pedaços em mim de Vó Neusa que fazia bolos e unhas para as damas da sociedade e ainda bailava e cantava que só, que nem Vó Nega. Tem pedaços de dona Chica que limpou muita casa e cantou muito Roberto Carlos antes de ver o primeiro filho se formar na faculdade.

A inspiração de tentar tirar sentido deste mundo desigual e injusto do qual vivemos vem daí, é ubuntu: sou porquê somos todos. Então os primeiros agradecimentos vão para as duas matriarcas de minha família. As duas viram os primeiros filhos na Universidade, e é com muita alegria que eu digo que verão também a primeira neta. Através delas agradeço a todos os homens e mulheres que são Souza ou Vicente. A história da gente me manteve os pés no chão e os olhos atentos, a mente disciplinada por lembrar o motivo pelo qual eu resolvi estudar esse pessoal aqui, para começo de conversa.

Agradeço à minha mãe, Sônia Amélia, que com tantas habilidades e talentos escolheu andar por todos os meus primeiros anos ao lado de mim. Todos os dias você me ensina sobre raízes, sobre renúncia e sobre firmeza.

Agradeço ao meu pai Carlos, que me ensinou tantos dos meus sonhos e indignações. As nossas longas noites discutindo conjunturas, motivos e causalidades estão neste trabalho. Aquele princípio seu de colocar sempre a ideologia à frente da barriga, também.

Ao meu irmão Daniel, que me aceitou andando em círculos noites a fio, me debatendo sobre os desafios deste trabalho. Foi muito mau humor e muitas noites mal dormidas que compartilhamos, aos quais eu sinceramente agradeço.

Passando ao mundo da Universidade, quero registrar meus sinceros e afetuosos agradecimentos ao meu orientador, Sérgio Tavolaro. Com paciência e precisão cirúrgica você me guiou por este trabalho, professor. Sei que a sua presença constante com certeza foi decisivo para o que quer que tenha saído certo nesta primeira tentativa de trabalho acadêmico.

Agradeço também à professora Maria Francisca Coelho, que através dos cursos sobre Estrutura de Classes e Sociologia da Ideologia me forneceu o tempo, os exercícios e o caminho para a clareza conceitual sobre este tema.

Aos amigos do movimento estudantil, agradeço também. Nestes primeiros anos da vida

política a gente comete tantos erros, vive tantas decepções. Através delas a gente desaprende ingenuidade e aprende uma esperança consequente, também... Então agradeço às mulheres da primeira gestão feminista do Centro Acadêmico de Sociologia da UnB – a gestão CASO com Elas - nas pessoas de Danielle Montenegro, Aline Maia e Gabriela Cunha. Agradeço aos companheiros e companheiras do Comitê Universitário em Defesa das Florestas, nas pessoas de Guilherme Mamede, Ligia Boueres, Thaynara Melo e Raphael Sebba. Foram muitas as confusões e movimentos, então vou citar só estes.

Nessa experiência coletiva que é o fazer, viver e estudar política em tempos de crise das ideologias, eu tenho muita gente a quem ser grata. Tantas vezes a monografia se cruzou com a militância, e os olhares de uma e de outra lançavam luz ora pra lá, ora pra cá. Por isso, quero agradecer aos companheiros do movimento ambientalista, especialmente Pedro Ivo Batista, Muriel Saragoussi, André Lima, Joyce Matias, Pedro Piccollo, Raul Valle, Biviany Rojas, Léa Cardoso, Miriam Prochnow, Wigold Schaffer, Silvia Alcântara, Mário Mantovani pelas sempre esclarecedoras reflexões.

Agradeço em especial à todos os amigos e amigas da Associação Civil Alternativa Terrazul, na pessoa de Gabriela Batista, por todo o aprendizado, conversas, lembranças. Nossa experiência na Rio + 20 e na Cúpula dos Povos foi decisiva para compreender vários dos cenários que lidei neste trabalho. Os desabafos sinceros, para lidar com os desafios.

Agradeço também à coalizão de movimentos que juntos organizamos a Marcha a Ré da Rio + 20, e a todas as pessoas incríveis que a partir dele se achegaram a mim. À Rafael Santos, José Gustavo Barbosa, Samora N'Zinga, Letícia Camargo, Luan de Rosa e Souza, Bruna Balbi, Euzimar Silva e tantos outros.

Ao Instituto Socioambiental, na pessoa de Adriana Ramos, pela acolhida. Foi lá que tive a minha primeira experiência profissional, e onde comecei o inventário de notícias que utilizei como fonte para esta pesquisa, há três anos atrás. À Adriana, enquanto Adriana, que entrou na minha vida aquela época e só trouxe risos frouxos e clarezas, parcerias e lembranças boas.

Um agradecimento mais que especial a Grégor Salles, biólogo, militante e amigo querido, que se voluntariou a ser assistente de pesquisa nesta monografia. Além da ajuda na triagem dos dados, agradeço pelos desabafos, leituras indicadas, pelo caminho compartilhado.

Não poderia deixar de agradecer também a Naomi Moniz, Diretora de Estudos em Português na Universidade de Georgetown, que manteve aceso em mim o desejo de estudar as elites rurais no Brasil. Lembro de nossa conversa em Boston, quando eu te contava tímida sobre a minha ideia de

pesquisa, quase pensando em desistir... As suas indicações de leitura e a sua convicção da importância deste tema foram decisivas para que eu nele persistisse.

Ao pessoal de um certo anti-partido que compreendeu a minha ausência e divagação em muitos momentos importantes. Por todas as dicas e desejos sinceros também. Marina Silva, Heloísa Helena, Caio Tendolini, Marcella Scotti, Bruna Viapiana, queria citar todos, mas não podendo fica o rumo, fica o afeto.

Ao pessoal do nosso jornal acreano Empate, são poucos, então vocês imaginem que cito todos, e a também a todos os amigos do jornal. Esse folheto permitiu que eu pudesse separar o quanto possível subjetividade e análise neste assunto, que me é tão importante. Ainda bem que no mundo tem espaço pros dois.

Ao Tempo, que me trouxe toda qualidade de gente instigante e querida. Ao Christian Crevels, que me mostrou tantas coisas bonitas ao longo dos dias. Aos amigos que cursaram comigo as Ciências Sociais, Alessandra, Bárbara, Brunete, Silas, todo mundo. Aos amigos antigos e permanentes, Alice Diniz, Wallace Meirelles, Natasha Buarque, Gabriel Trevisan, vocês. Aos amigos mais antigos ainda, do tempo em que em comício dava flor - Veriana, Anaís... Aos pais e amigos dos pais que viraram amigos, Ozi, Toinho, Rejane, Janaina, Jorge Henrique. Aos amigos e amigas que se aproximaram sem saber muito bem de onde, mas que nunca negaram momentos de leveza nem poesia, Natália Maria, Bruno Vieira, enfim, é tanta gente.

A todos vocês, pelas conversas mesmo que breves, pelas lembranças, pelas anedotas. Poderia falar um monte sobre todos os caminhos que surgiram a partir dos momentos mais triviais...

E já que eu me concedi a licença de escapar um pouco ao academicismo para fazer os devidos agradecimentos, agradeço também aos seringais. Pirapora, Cachoeira, não voltei muito. Mas quando voltei, tudo fez mais sentido.

“Na história do povo brasileiro, desde a independência, a questão agrária, o Exército, a Igreja e o imperialismo são forças decisivas, elos fundamentais, para explicar as formas do Estado e suas rupturas. Parecem os quatro cavaleiros do apocalipse, se se toma a perspectiva do povo, principalmente índios, escravos, imigrantes, colonos, moradores, sitiantes, camaradas, seringueiros, posseiros, operários, empregados. Sempre venceu, ou predominou o Estado forte, o regime de exceção, a ditadura civil ou militar, com poucos entreatos de democracia limitada, de cidadania tolerada.”

Octavio Ianni, em *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*

Resumo

A Bancada Ruralista é o segmento legislativo de um movimento político de classe mais amplo, na qual se identificam diversos estratos classe dominante rural. São ligados às grandes propriedades de terra no campo e à cadeia produtiva do agronegócio, em suma, são políticos com terra. Sua influência no Congresso Nacional têm sido cada vez mais orientada para combater iniciativas relativas à conservação do Meio Ambiente no Brasil. As alterações propostas no Novo Código Florestal são exemplo emblemático desta tendência. Esta pesquisa se dedica extrair dos discursos proferidos durante as votações em plenário pelos membros da Bancada Ruralista seu projeto político de país, no que diz respeito ao papel do Estado, Meio Ambiente e Sociedade. Em torno da tese ruralista sobre o que seria o “Brasil Real”, fica claro: para esta elite política e econômica, os discursos que apontem para funções socioambientais da propriedade podem até existir, desde que não ultrapassem a realidade que reside dentro das cercas dos latifúndios.

Palavras Chave: Bancada Ruralista, Código Florestal, Classe Dominante Agrária, Ideologia Patronal

Abstract

The Ruralist Caucus is the legislative segment of an larger class movement, to wich are related several layers of the dominant rural class. These are political subjects connected to large property of land in the field and to the procuction chain of the agrobussiness. In short, they are politicians with land. Their influence on Nacional Congress had been increasingly oriented to fight against iniciatives related to conservacion of the enviromment of Brazil. The changes purposed on the New Forest Code are the main example of this tendence. This research intends to extract of the speeches proffereded by the members of the Ruralist Caucus during plenary voting, what is their political project, regarding to their conceptions about State, Enviromment and Society. Looking at their thesis of what would be the “Real Brazil”, one message came clear: discourses that point to social and enviromental function of property are alloud to exist, since they do not cross the reality that exists inside the fences of large landholdings.

Keywords: Ruralist Caucus, Forest Code, Rural Ruling Class, Patronal Ideology

Lista de Siglas

ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness

ABC – Academia Brasileira de Ciências

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ACRIMAT – Associação dos Criadores de Mato Grosso

ACRISSUL – Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul

AMPA – Associação Mato Grossense dos Produtores de Algodão

APP – Áreas de Preservação Permanente

APR MT – Associação dos Produtores Rurais do Mato Grosso

APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja do estado do Mato Grosso

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CCJ – Comissão de Constitucionalidade e Justiça

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CMA – Comissão de Meio Ambiente

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEM – Democratas

ESALQ – Escola Superior Luiz de Queiroz

FPA – Frente Parlamentar em Defesa do Agronegócio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis

IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNP – Movimento Nacional dos Produtores

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PL – Projeto de Lei
PP – Partido Progressista
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido Republicano
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
SBPC – Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SRB – Sociedade Rural Brasileira
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDR – União Democrática Ruralista
ÚNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

Introdução

Esta pesquisa propõe-se a investigar o comportamento do movimento político popularmente conhecido como Bancada Ruralista em relação à discussão do Novo Código Florestal (Projeto de Lei nº 1876/1999 e apensados). A discussão desta matéria na Câmara dos Deputados permite-nos conhecer um pouco da forma como este grupo político lida com a problemática ambiental, que tem sido alvo de amplas discussões tanto na opinião pública quanto no parlamento brasileiro.

A aprovação do Novo Código Florestal no Congresso Nacional é fruto de um processo de mais de 15 anos de acúmulo político. Diversos setores da sociedade se mobilizaram para incidir pela aprovação ou pela rejeição do Relatório Aldo Rebelo. Foram confrontos ideológicos nos quais os discursos foram se moldando a partir tanto dos lugares de fala quanto do confronto entre interlocutores. Especialmente no que concerne à Bancada Ruralista, o enunciado construído em torno deste tema dá elementos para compreender a constituição da Bancada enquanto Bloco, seu lugar no jogo de forças e seu projeto político. Falamos de um Brasil específico, que constroem e experienciam ativamente. Cada setor, na verdade, fala de seu ideal de Brasil, e de certa forma, do Brasil particular que vivem e experienciam. Não partimos aqui de um princípio que há uma verdade única esperando a ser exposta por debaixo do cabo de guerra, mas com a noção de que essa miríade de Brasis compõe um cenário onde a realidade é algo na direção da intersecção de versões.

Não se ignora também o componente de violência simbólica dos discursos: a assimetria de poder impede que o "cenário" imortalizado pela história e refletido na lei seja uma composição proporcional de versões. Aqueles que possuem porções maiores de capital (político, simbólico e econômico), detêm maior eco para sua versão da realidade. Partindo do pressuposto de que são elite, e como elite, são um grupo por definição minoritário, a versão ruralista de Brasil invisibiliza uma série de outras versões, compartilhadas por mais agentes - humanos e não-humanos. Falsear os argumentos como expressão de totalidade, é aí onde reside o falseamento.

A proposta desta pesquisa foi também trabalhar a partir da compreensão de que a língua e sua utilização para compor os discursos interage ativamente com a produção de sentidos e significados sociais (Orlandi, 1999). Entenderemos os discursos parlamentares durante a discussão do Código Florestal como momentos, por excelência, públicos: momentos onde as articulações políticas na esfera do "dito" são conhecidamente parte de um processo comunicativo, muitas vezes direto, entre esta elite política e o conjunto da sociedade brasileira.

A noção foucaultiana de discurso engloba não apenas as formulações pronunciáveis, mas principalmente os enunciados enquanto pressupostos que dotam de sentido as instituições sociais (FOUCAULT, 1984). Utilizamo-nos desta noção como ferramenta para elucidar, dentro do discurso

ruralista, os enunciados correspondentes ao projeto político da Bancada Ruralista no que diz respeito a sua inserção em práticas de Estado que se relacionam à temática do meio ambiente. A partir da identificação e interpretação destes elementos discursivos, encontramos caminhos para elucidar alguns pontos no que diz respeito à ideologia e às formas de reprodução da hegemonia deste grupo político no Congresso Nacional.

Metodologia

O estudo estrutura-se a partir de três momentos: o primeiro foi a realização uma revisão bibliográfica na literatura sobre a atuação da Bancada Ruralista, bem como de pensadores da sociologia política na área da ideologia e estrutura de classes, com o objetivo de compreender a natureza e organização deste grupo político, suas origens históricas e a forma como constrói a sua hegemonia no Congresso Nacional. Neste estudo procura-se ofertar um panorama desde a inauguração do ruralismo como bloco político, datando do período considerado a Primeira República, até os dias de hoje. Abordamos os momentos-chave de organização do segmento legislativo desta elite rural, como os debates sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) na Constituinte de 1988. Foi dada especial atenção à bibliografia disponível sobre grupos de pressão, *lobby*, bancada ruralista, elites atuantes no legislativo, estrutura de classes e ideologia.

O segundo momento foi de reconstruir o histórico da tramitação do PL 1876 na Câmara dos Deputados, elencando os principais eventos relacionados à conjuntura política. Analisou-se o clipping de notícias publicadas nos grandes veículos de comunicação, principais blogs temáticos, páginas de movimentos sociais, análises políticas publicadas no período. Esta análise gerou dois tipos de dado: a linha do tempo, ou seja, as relações entre conjuntura política e desenrolar dos eventos, e as tabelas relativas aos atores que se agremiaram a favor ou contra o projeto. Ao compará-las, percebe-se a nítida cisão: de um lado, representantes patronais das diversas áreas relacionadas à ocupação e uso do solo, especialmente da agroindústria (Tabela 1). De outro, entidades religiosas, movimentos camponeses, ONGs ambientalistas (Tabela 2). Longe de querer esgotar o inventário de entidades que se envolveram neste debate, as tabelas apontam para o latente contraste no jogo de forças envolvendo esta matéria.

O terceiro momento foi a análise de discurso em si. O recorte privilegiou os momentos de debate nas votações em Plenário, em regime de urgência. Foram os momentos que mais mobilizaram as partes interessadas e a mídia, caracterizando o tipo de momento comunicante que se pretendia analisar. Para isso, analisou-se as notas taquigráficas, que transcreviam não só as falas, mas sinalizavam momentos de vaias e aclamações nas galerias. A partir desta linha do tempo,

construída também a partir de entrevistas e de observação participante (assisti a boa parte das sessões em Plenário e nas Comissões relacionadas ao projeto), elegi os momentos onde ficava mais evidente o tópico que me propus a discutir.

Este caminho resultou numa proposta de delimitação sobre o que é e como se organiza a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, bem como uma breve exposição sobre o movimento relacionado à propriedade da terra e à burguesia rural ao qual esta se filia. Descrevo também a relação deste grupo político com a temática do Código Florestal, e como esta lei tornou-se uma das prioridades da Bancada. Por fim, encerro este trabalho com um esforço por isolar, no discurso ruralista, as impressões e reivindicações a respeito do que enxergam enquanto papéis dos setores da humanidade e do Estado em relação ao Meio Ambiente.

Os estudos preliminares apontavam para a centralidade da idéia da propriedade da terra. Partimos da hipótese que poder político e econômico das elites rurais se reproduz a partir do uso irrestrito do mundo "dentro da cerca", e por isso as tentativas de introduzir mecanismos de preservação ambiental, bem como qualquer dispositivo que atue no sentido de trazer à realidade o princípio da função social da propriedade (JÚNIOR, 2006) encontra tamanha resistência.

O processo constante de invenção e reinvencão do mundo passa pela palavra. Dito isto, é preciso entender quem fala, para quem fala, de que lugar se fala. É preciso entender o contexto histórico, a conjuntura política e a importância estratégica do enunciado. É a isto que este trabalho se dedica. Começamos, pois, definindo quem é este ator político a quem convenciamos chamar de Bancada Ruralista.

Capítulo 1

A Bancada Ruralista

Utilizaremos o termo “ruralista” a fim de identificar uma série de atores políticos ligados às grandes propriedades de terra no Brasil e à cadeia produtiva do agronegócio, podendo ser eles mesmos proprietários diretos ou não, e que agem em conformidade com uma agenda comum de atuação, agenda esta que transcende os vínculos partidários. Nas palavras de Alceu Luís Castilho: “ao movimento dos trabalhadores sem-terra contrapõe-se (de modo articulado e sistemático) um movimento dos brasileiros com terra” (CASTILHO, 2012).

Este grupo figura entre os mais tradicionais da direita brasileira, eclodindo no legislativo brasileiro pós-redemocratização a partir da incidência na Constituinte de 88. A extinta UDR é um grande marco na representação política vinculada à grande propriedade, e vem articulando seus interesses desde então a partir tanto de entidades da sociedade civil (como a Confederação Nacional de Agricultura - CNA e a Associação Brasileira de Agribusiness - ABAG), quanto de figuras de interação no legislativo, como a contemporânea Frente Parlamentar em Defesa do Agronegócio (FPA), que organiza boa parte dos membros da bancada.

O grupo tem demonstrado grande poder de ingerência com relação à estruturação da Casa e às matérias que nela tramitam, sejam Projetos de Lei, Decretos, Projetos de Emenda Constitucional, composição e cargos dentro das comissões ou resultados de votações. Sendo assim, esta elite política figura entre as mais bem-sucedidas do Congresso Nacional e sua visão em relação ao conteúdo das matérias é muitas vezes determinante do sucesso ou do insucesso destas, especialmente no que se refere à questão ambiental.

A complexidade da atuação deste grupo político faz com que seja preciso romper com aquelas interpretações tradicionais que consideraram o ruralismo ora como sistema de representações sociais (no sentido de paradigma de classe), ora como ideologia de revalorização do mundo rural. O ruralismo constitui-se com historicidade própria e específica, com sujeitos determinados, localizados no tempo e no espaço. Opera sob um duplo registro: como visão de mundo e como movimento político, hoje compreendido como uma forma de associação de classe com pretensões partidárias e atuação para-militar. Enquanto movimento político, compreende-se agências e agentes dotados de inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas (BRUNO, 2000). A Bancada Ruralista será aqui tratada portanto como o canal legislativo deste movimento, compartilhando de

seu *habitus* e de sua estratégia política.

Breve histórico

O ruralismo no Brasil remonta aos privilégios históricos com relação à propriedade e ao direito de uso dos territórios. É na 1ª República, no entanto, que se apresenta enquanto “fio condutor da reordenação política intra-classe dominante rural” (BRUNO, 2000). Foram empoderados a partir de uma série de circunstâncias históricas, dentre as quais a generalização do trabalho livre, a redefinição da pauta exportadora voltada para as *commodities* (com exceção do café) e pelos rearranjos políticos promovidos pelo federalismo republicano. Ocuparam, portanto, papel central na chamada modernização conservadora, consolidando-se enquanto grupo dominante e dirigente.

Organizados a partir da palavra de ordem da “vocação agrícola do Brasil”, o ruralismo consolida-se enquanto movimento político. São grupos dentro da burguesia rural que, eclipsados na estrutura de poder oficial, procuram construir seu protagonismo em oposi o ao setor cafeeiro paulista. Neste contexto, acontece a eclosão de entidades de classe, dentre elas a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). (BRUNO, 2000). Caso prototípico desta composi o, os quadros da SNA consistem na sua maioria de proprietários rurais do Norte, Nordeste e Sul, distribuídos pelos setores de rizicultura, pecuária, cotonicultura e agroindústria açucareira. O denominador comum está no fato de os dirigentes não filiarem-se ao setor agroexportador cafeeiro. Esta articula o inaugura o ruralismo no formato que conhecemos hoje, enquanto aparelho privado de hegemonia.

Os parlamentares identificados enquanto bancada ruralista hoje são portanto herdeiros da representa o, assumida enquanto “defesa de classe” (MENDONÇA, 2006), exercida por entidades como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organiza o das Cooperativas do Brasil (OCB). A identidade evocada por estes grupos (apesar das divergências internas e das diferentes causas agremiadoras)  , especificamente, vinculada   propriedade da terra. Procuram, historicamente, representar proprietários rurais e suas famílias.

As principais articula es do grupo político na Nova República se deram em fun o de tentativas de alterar a estrutura fundiária vigente no país. Mesmo em épocas de ditadura militar, propostas de reforma agrária (ainda que propagandeadas enquanto “democrática e cristã”¹)

¹At  mesmo o setor mais conservador das elites políticas brasileiras (o regime militar) entendia que o latifúndio improdutivo era um entrave ao desenvolvimento do país. A proposta do Estatuto da Terra de Castelo Branco era de cunho reformista e voltado ao aumento da produtividade no campo a partir da forma o de uma classe média rural. A qualifica o da reforma como “democrática e cristã”   um claro diálogo com a “Marcha pela família com Deus e pela propriedade”, organizada por vários setores conservadores da sociedade pr -ditadura. Um destes setores era a classe agrária dominante. Ver Mendonça

defendidas pelo regime foram amplamente combatidas. O Estatuto da Terra foi alvo de críticas por parte das principais entidades que atuavam no período, a saber, SNA e SRB. Apesar das disputas entre as entidades pelo status de legítima porta-voz da classe proprietária rural, o discurso empreendido por ambos a respeito das propostas contidas no Estatuto da Terra era em muito convergente.

Tanto a SNA quanto a SRB formulavam sua luta como em defesa do “produtor rural” *latu sensu*, bem como do direito “sagrado” à propriedade. O esforço conjunto dessas duas entidades foi, naquele momento, de consolidar a figura discursiva do produtor rural enquanto empresário rural. Desta forma, procurava-se consolidar a imagem de um latifúndio que, associado à racionalidade econômica, apresenta-se como um complexo agroindustrial, motor de desenvolvimento, pedra de sustentação do PIB. A figura da empresa rural visa substituir a imagem das longas pradarias improdutivas por grandes extensões produtivas, onde a concentração de terras seria merecida, vantajosa para o país.

É nesse contexto que surge a figura do “agronegócio” enquanto “palavra política unificadora dos interesses das classes e grupos dominantes no campo” (BRUNO, 2009). Quando usada pelos ruralistas, evoca uma série de supostos que identificam o setor como sinônimo de união da classe produtiva, sucesso, geração de renda, expressão de modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento. Este status auto-inferido opera no sentido de criar um discurso unificador reprodutível apesar das divergências e disputas internas, a partir da lógica de estabelecidos e *outsiders* (ELIAS, 2000). Agindo em bloco e apresentando-se como bloco, conquistar espaços na institucionalidade, bem como a construção de novos espaços de representação e mediação de interesses tornam-se um imperativo².

Essa transição de identidades auto-impostas propagandeadas ao conjunto da nação seguiu se aperfeiçoando até a eclosão do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985. O discurso construído em torno da estrutura rural vigente no país tinha sido, portanto, no sentido de superação do “atraso”: evitou-se os termos que foram alvos de maior politização no debate público (especialmente “minifúndio” e “latifúndio”). A concentração de terras era justificada pelas entidades de proprietários a partir da naturalização de caracteres geográficos do país, em particular a

(2006)

² Os vários significados da palavra agronegócio foram sintetizados em pesquisa realizada por Regina Bruno. Foram entrevistados representantes das seguintes entidades patronais: Associação Brasileira de Agribusines - ABAG, Associação dos Criadores de Mato Grosso- ACRIMAT, Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – ACRISSUL, Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão - AMPA, Associação dos Produtores Rurais de Mato Grosso- APR MT, Associação dos Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso – APROSOJA, Movimento Nacional dos Produtores – MNP, Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, Sociedade Rural Brasileira – SRB, União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – ÚNICA. Ver Bruno (2009).

“vastidão do território”. Nos termos da SRB, a concentração fundiária não passaria de “uma fatalidade aritmética” (MENDONÇA, 2006).

A transformação do perfil daqueles representados pelas entidades patronais não foi meramente discursiva. Ao contrário: “redefiniram-se, igualmente, alguns conceitos profundamente arraigados em nossa história, especialmente o de “latifúndio” que, longe de significar o tradicional dono de várias extensões de terra improdutiva, passou a conotar grupos econômicos das mais distintas extrações – sobretudo da fração financeira da burguesia – em fase extrema de centralização de seus negócios” (MENDONÇA, 2006:74). A terra, convertida em ativo financeiro e originada não apenas da apropriação pelos coronéis, mas adquirida com facilidade diretamente do Estado, tem a sua concentração consolidada como importante fator especulativo no capitalismo financeiro.

É em resposta ao PNRA de 1985 que nasce a União Democrática Ruralista (UDR), liderada pelo então jovem Ronaldo Caiado e por Junqueira Jr. A UDR nasce com a proposta de articular os proprietários de terra *stricto sensu* – incluindo filhos, filhas e esposas de proprietários e excluindo, respectivamente, pequenos proprietários de terra (especialmente se a terra destes tiver origem em programas de reforma agrária³). A entidade operava em três frentes: lícito, ilícito e legislativo. Por um lado, procuravam capacitar seus associados a encontrar as brechas existentes na legislação vigente à época para não terem suas terras caracterizadas como improdutivas. Por outro lado, utilizavam de seus recursos para a compra de armas e formação de milícias em áreas ocupadas por movimentos camponeses. E por fim, organizavam-se enquanto classe para ter, dentro do legislativo, parlamentares que respondessem diretamente às suas demandas (BRUNO, 1997).

A bancada ruralista tem raízes nesse movimento; tratou-se da primeira vez em que os proprietários de terra deixaram de se organizar apenas em sindicatos patronais e partiram para formar uma agremiação inequivocamente política. E, tão logo essa agremiação foi estabelecida, tornaram-se possíveis também as candidaturas próprias do movimento “com terra”, muitas das quais organizam-se até hoje no grupo suprapartidário conhecido enquanto Bancada Ruralista.

Pretensões partidárias

O fenômeno dos grupos suprapartidários foi inaugurado no Congresso Nacional pela Frente Parlamentar Nacionalista, durante a segunda metade dos anos 1950 (DELGADO, 1994). Desde então o mecanismo de agremiação em grupos e bancadas temáticas tem servido aos dois extremos do espectro ideológico. Por um lado, serve como representação das minorias, como forma de estabelecer um campo de lutas dentro do próprio campo político – é o caso, por exemplo, da

³Discriminações observadas no estatuto da UDR acerca das qualidades requeridas aos sócios.

Bancada Feminina. No outro extremo, temos a Bancada Ruralista e a Bancada Evangélica.

Esses mecanismos são formas de representação que se aproximam mais dos representados, afastando-se da lógica que rege o funcionamento de outros fatores que influem nos processos de tomada de decisão no Legislativo, como o *pork* e o federalismo. Enquanto estes respondem a outras instâncias de atores iniciados e atuantes no campo da política – que compartilham do *obsequium* do campo, nos termos de BOURDIEU (2007) – os grupos de pressão respondem diretamente à parte interessada em questão. No caso desta pesquisa, a atores ligados à grande propriedade rural e ao agronegócio.

Grupos de pressão são distintos de grupos de interesse. Segundo a classificação de Meynaud (1966), os grupos de pressão são aqueles em que a ação é orientada “sobre o aparelho governamental a fim de fazerem triunfar as suas aspirações ou reivindicações” (1966:13). Os grupos de pressão serão entendidos, portanto, como um subconjunto dos grupos de interesse, cujo objetivo é pressionar uma instância qualquer do poder político a orientar suas políticas de modo a favorecer a este grupo ou então mantê-las como são caso elas já sejam favoráveis ao interesse do grupo em questão. Neste sentido as atividades dos grupos de pressão orientam-se necessariamente para as entidades públicas (Pereira, 2001) e têm o *lobby* interno como sua ferramenta de atuação. Nota-se, portanto, que a Bancada em questão possui as características de um grupo de pressão.

Segundo Laura Frade (1996), as bancadas suprapartidárias são instrumentos que os grupos de pressão encontram para operar, de forma racional, seus *lobbies* particulares. Esse *lobby* é potencializado pela plasticidade do grupo, que existe apenas enquanto prática, não enquanto figura jurídico-normativa. Daí sua diferença em relação aos partidos, que estão submetidos à legislação própria, à fidelidade de pertencimento e a estatutos internos. É esse tipo de conceituação que esta pesquisa considerará como ponto de partida para a compreensão do tema.

A composição da Bancada: Aspectos Econômicos e Políticos

O que mais se aproxima de uma delimitação do grupo de pressão relativo às elites rurais hoje são as frentes parlamentares. Mas, como os estudos em relação ao componente da Bancada Ruralista apontam para um movimento político ainda mais amplo, consideraremos durante a pesquisa que, além da Frente Parlamentar em defesa do Agronegócio, existem outros membros atuantes no Congresso Nacional. É de fato uma rede de sociabilidade (ELIAS, 1980) de complexas interdependências, orientada para a disputa de poder. Nas palavras de Regina Bruno:

“Há um entrelaçamento entre vários campos, instâncias, estruturas e atores, realimentador de pleitos e interesses os mais diferenciados. Sob essa perspectiva, a

garantia de manutenção do monopólio e da concentração fundiária; a renegociação das dívidas, a certeza de implementação de uma logística voltada para os corredores de exportação, também passam pelas viagens em missões oficiais; pela presença dos parlamentares em Comissões que tratam dos mais variados temas; por um lugar na mesa da Câmara dos Deputados e por negociações, a troca de favores e os acordos intraclasse. (pag.1)

E, por mais diferenciada que se seja a atuação desses parlamentares, cada um e todos fazem parte de um feixe de relações e de pertencimento – acima das disputas, divergências e vaidades – em que cada um e todos se re-encontram, se re-conhecem, nos mesmos pleitos, na mesma atividade profissional, nos mesmos cargos públicos, nas mesmas homenagens e nos mesmos privilégios constitutivos de uma certa visão e condição de classe – o que os torna ruralistas.” (pag.18)

(BRUNO, 2007)

Regina Bruno traçou o perfil de redes de sociabilidade política, societal e profissional dos deputados ruralistas, baseando-se em suas biografias disponíveis no site da Câmara Federal. Observa que existe uma predileção por Comissões que tratam de assuntos relacionados à terra, como esperado. Além disso, priorizam Comissões que tratam de assuntos relacionados à violência, havendo baixa participação nas Comissões consideradas de “perfil social”. Vários quadros da bancada ruralista ocuparam cargos na Mesa da Câmara, posição de prestígio que confere ao presidente o poder de gerenciar o fluxo de votações na Casa.

Já Castilho (2012) vai mais longe e, com base em análises nas declarações entregues pelos candidatos eleitos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), analisa a relação entre propriedade e uso do solo pelos políticos eleitos no período de 2008 a 2010 (ou 2006, no caso de 27 senadores e 54 suplentes). A análise incluiu prefeitos, vice-prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores, vice-governadores, vice-presidente da República e governadores. Foi feita uma radiografia das propriedades declaradas, seu caráter e rendimentos, bem como das doações de campanha que algumas categorias receberam.

Castilho (2012) foca então sua análise no patrimônio declarado a partir de três camadas iniciais: a) terras cujo número de hectare e valor de mercado foram declaradas; b) terras onde apenas o valor de mercado foi declarado; e c) posse de empresas ligadas à ocupação e uso do solo, respectivamente. A soma dos bens declarados dessas camadas mostra que pelo menos 4,4 milhões de hectares encontram-se concentrados nas mãos destes 13 mil políticos brasileiros, o que compreende uma média de 153 hectares por pessoa. Essa quantidade, que representa 1,2% do

território brasileiro, demonstra uma evidente desproporção frente ao resto da população brasileira; caso essa população possuísse a mesma média de hectares, ao invés de 0,22, que é a média atual, a soma ultrapassaria 290 milhões de quilômetros quadrados – ou 57% da superfície da Terra.

A concentração de terras entre esses políticos continua crescendo. O destaque aqui é para o grupo de políticos que tem em média 20 mil hectares cada. Isso representa quase um terço do total de “terras de políticos” identificados nesse levantamento. Os dados apontam, então, para a presença de uma elite latifundiária dentro desse segmento, estando tais propriedades pulverizadas ou não.

Na esfera municipal, a concentração de terras é também regionalizada: 25,56% das áreas rurais declaradas pelos prefeitos encontram-se fora de seus domicílios eleitorais. Os estados de MT, MA, PA, BA, PI, MS, TO e GO detêm 97,5% do total declarado por esses prefeitos. Dentre essas terras, metade está localizada na Amazônia Legal, onde as posses dos prefeitos de outros domicílios eleitorais são maiores do que as posses dos próprios prefeitos residentes. É importante ressaltar também que essa Marcha para o Oeste é majoritariamente um movimento dos políticos latifundiários.

Dentre as declarações de empresas, as figuras de destaque nas declarações de políticos são os mega-empresendimentos rurais. Esses empreendimentos incluem granjas, frigoríficos, indústrias de alimentos, armazéns, mineradoras, moinhos, madeireiras, serrarias e fazendas. O destaque são as *commodities* agrícolas, em especial o cultivo de soja, cujo expoente é o senador Blairo Maggi (PR/MT), que até recentemente detinha o título de “Rei da Soja”, por ser o maior produtor do Brasil: 1438 mil hectares de terra com o plantio da espécie.

O gado, então, é um empreendimento à parte: o rebanho declarado por políticos brasileiros no período analisado é de aproximadamente 500 mil cabeças (CASTILHO, 2012: 92). O número é parte de uma realidade em que frequentemente os políticos-proprietários deixam de declarar suas cabeças de gado. Por exemplo, 218 dos prefeitos eleitos se declararam pecuaristas ou agropecuaristas, e 67 deles – quase um terço do total – não declararam sequer uma cabeça de gado. Há ainda uma quantidade significativa de laticínios, frigoríficos e açougues que figura entre as declarações.

Os estudos quantitativos acerca das elites brasileiras enfrentam dificuldades tais como a ausência de precisão dos dados públicos relativos às grandes fortunas: em alguns casos, as propriedades nunca foram declaradas; em outros, muitas delas desaparecem das declarações com o passar do tempo; há também aquelas registradas em nome de familiares ou “laranjas”; dentre outros. Levado isso em conta, presume-se que o volume de terra e de dinheiro associado ao controle

e uso da terra mantido sob o controle direto de políticos é bem maior do que as quantias mensuráveis (CASTILHO, 2012).

Quanto ao aspecto político-partidário, o PMDB e o PSDB juntos lideram os partidos que mais abrigam políticos proprietários de terra. Do total de terras declaradas, dois terços pertencem a parlamentares desses quatro partidos: PMDB, PSDB, PR e PP. Feitas as discriminações entre os cargos eletivos, observa-se que o DEM e PDT também têm papel importante na manutenção da agenda ruralista dentre os parlamentares. E por fim, as três legendas que mais se sobressaem dentre os dados são PMDB, PSDB e PR. É importante mencionar também que, nos dois polos políticos agremiam-se latifundiários: tanto na base do Governo quanto na Oposição, podendo citar especialmente o PT, o PPS, o PDT e o PSB (CASTILHO, 2012: 110). Não por acaso, a lista de expoentes partidários coincide em muito com a concentração de dinastias políticas, onde PMDB, PSDB, DEM, PSB e PP têm forte expressão (MESSENERG, 2011:14-15).

Estratégia política

A Bancada Ruralista apresenta-se como o setor desse grupo que se concentra especificamente nas duas casas do Congresso Nacional Brasileiro, onde seus quadros agem enquanto bloco, mantendo um caráter suprapartidário de atuação política. Bem articulados, ocupam posições estratégicas na casa – as comissões, por onde tramitam as matérias antes de serem levadas a plenário. Além disso, é claro, têm ingerência sobre a agenda das votações, seus resultados, e têm força e capilaridade suficientes para barrar ou levantar qualquer matéria na ordem do dia. Uma característica desse grupo político é sua atuação em bloco: não só de forma transpartidária, mas também inter-casas. Por isso, quando nos referirmos a essa Bancada, a seus projetos e prioridades, além de mecanismos institucionais, estamos falando de processos que acontecem tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

A bancada dos proprietários encontra-se hoje organizada principalmente em torno da Frente Parlamentar da Agropecuária e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que é ligada às mais atuantes organizações patronais em defesa da propriedade privada (BRUNO, 2003:296). Nesses espaços, organizam-se de modo a ocupar posições cruciais do campo político legislativo, como as Comissões Parlamentares.

As comissões mais visadas são a Comissão de Constitucionalidade e Justiça (CCJ), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) – onde é majoritária –, e mais recentemente, a Comissão de Meio Ambiente (CMA), além da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDH). A

importância da atuação na CCJ é mais clara, uma vez que por ela passam todas as matérias que tramitam na casa, antes de irem a plenário. Por meio das outras três os ruralistas garantem sua interceptação em todos os projetos que envolvem de alguma forma o território. Os financiamentos de campanha desse grupo confirmam a forte ligação entre políticos e agronegócio, como demonstram Accioly e Sánchez (2012).

Neste momento político peculiar, a base do governo conta com um espectro amplo, incluindo adversários históricos do PT (como o PMDB e o PP). Mesmo sob a égide de um governo auto-proclamado “democrático e popular”, os setores conservadores da nova base do governo continuam agindo segundo as suas motivações históricas. Entre estas motivações, está a defesa da estrutura fundiária vigente no país. Com partidos conservadores espalhados nos dois lados do jogo de governabilidade (o PMDB na base do Governo e o PSDB na Oposição), votações como a do Código Florestal demonstram a força e a capilaridade dos interesses da bancada, além de é claro, certo alinhamento com outros setores do governo. Outra particularidade da expressão ruralista contemporânea é a recente adesão de adversários históricos, como o Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP), que agora possui um papel relevante nas interlocuções da ala urbana do setor.

Dentre os líderes da bancada dos políticos com terra despontam figuras remanescentes da Constituinte, como o Deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), partes interessadas (parlamentares que foram punidos pelas leis de crimes ambientais, por exemplo) e expoentes do empresariado rural, como os senadores Blairo Maggi (PR/MT) e Kátia Abreu (PSD/TO).

A estratégia política da bancada ruralista hoje é em muito semelhante à deflagrada durante as articulações patronais da chamada “Primeira República”. Podemos mencionar três eixos especialmente relevantes:

I – Institucionalização de aparelhos privados de hegemonia antes independentes do Estado, gerando assim canais extra-partidários de articulação estatal para com a classe dominante agrária;

II – Estruturação, a partir de demandas e pressões oriundas da sociedade civil organizada, de organismos especializados no interior do Estado dispostos a canalizar seus interesses;

III – Afirmação de um corpo de intelectuais orgânicos que construiriam não só uma dada visão de Brasil, mas também modalidades de atuação concreta que consolidariam e difundiriam tal visão; (BRUNO, 2000).

É esta visão de país, especialmente no que diz respeito às noções de Estado, Meio Ambiente, propriedade privada e classes sociais que esta pesquisa se dispõe a analisar. O Código Florestal é

um momento privilegiado de análise por permitir atualizar o discurso ruralista com relação à questão fundiária como ela se encontra hoje no debate público: mais do que camponeses, fala-se também de comunidades indígenas, extrativistas e tradicionais. Para além da concentração fundiária, o debate em torno da função social da propriedade passa também pela questão da prestação de serviços ambientais. Este estudo procurou, portanto, extrair do discurso ruralista o projeto de país engendrado por esse grupo, para contribuir na compreensão sobre as formas com que a classe dominante agrária faz uso da linguagem no processo de disputa do poder. Ênfase especial será conferida às disputas em torno da definição dos termos do Novo Código Florestal, que recentemente coloriram parte expressiva da dinâmica do Congresso Nacional Brasileiro.

Capítulo 2

O Código Florestal: Histórico das tentativas de alteração

As tentativas de reconfigurar o Código Florestal Brasileiro de modo a descaracterizá-lo como instrumento de preservação ambiental estiveram constantemente na ordem do dia do Congresso Nacional ao longo dos últimos vinte anos. Eram várias as iniciativas de caráter similar⁴ – flexibilizar as punições a crimes ambientais, reduzir o percentual obrigatório de Reservas Legais e Áreas de Proteção Permanente. No entanto, foi o Projeto de Lei 1876/1999 o protagonista deste impasse entre a agenda ruralista e a opinião pública.

O PL, apresentado inicialmente pelo Dep. Sérgio Carvalho (PSDB/RO) em 1999, foi arquivado e desarquivado sucessivas vezes. Dentre os relatores designados, estavam entusiastas históricos da matéria, como Dep. Moacir Micheletto (PMDB/PR) e o Dep. Luciano Pizzato (DEM/PR) e um relator ambientalista, como o Dep. Luciano Zica, à época no PT/SP. A matéria muitas vezes chegava a ser colocada em discussão mas logo saía da pauta de acordo com as pressões exercidas pela sociedade brasileira, mobilizada em protestos e abaixo-assinados, ou por outros agentes de poder. Este último foi o caso do relatório de Moacir Micheletto que, contrariando a sua trajetória protagonista na defesa das alterações, orientou pela rejeição do Projeto de Lei⁵.

Este recuo de Micheletto aconteceu devido às pressões da sociedade que foram acatadas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, causando a queda da matéria. No entanto, esta nunca deixou de ser prioridade da Bancada Ruralista e nem do próprio Micheletto, que teve papel fundamental na aprovação do projeto já em 2011. A tensão aumenta quando muitos instrumentos previstos no Código Florestal, especialmente os vinculados à lei de crimes ambientais começaram a ser implementados. Foi no primeiro mandato do Governo Lula, sob a gestão de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente, que o Código Florestal passou de lei decorativa para o cotidiano do campo, no que diz respeito à fiscalização, especialmente após a criação do Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia em 2004, que logrou reduzir o desmatamento em 80% até 2008. Para tanto, foi necessário adotar uma série de medidas fortes com respaldo no Código Florestal, como por exemplo a criação de 24 milhões de hectares de Unidades de Conservação Federais em áreas de forte expansão da fronteira agrícola predatória e a realização de 21 operações de inteligência feitas pela Polícia Federal, IBAMA e MMA, que levaram à prisão 725 pessoas, dentre fazendeiros, empresários, servidores públicos federais, estaduais e municipais, dentre os quais 125 servidores do próprio IBAMA.

⁴ Análise realizada pela autora no arquivo de propostas legislativas da Câmara dos Deputados.

⁵ Informação obtida a partir de entrevista com Pedro Ivo Batista, coordenador do Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FBOMS).

O IBAMA realizou centenas de operações de fiscalização apreendendo 1 milhão de metros cúbicos de madeira em tora (o que significa uma fila de 500 km de caminhões carregados de madeira) e foram aplicados 4 bilhões de reais em multas. Essas operações foram planejadas e monitoradas a partir de um sistema de acompanhamento por satélite, que foi colocado na internet com amplo acesso à sociedade. (DPCD et. al., 2009) Além disso, criou-se um cadastro público com os dados de todos os proprietários rurais que cometeram crimes ambientais e tiveram suas propriedades embargadas. Por fim, foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional a Resolução 3545 de 2008 que vedava o acesso ao crédito agrícola para os proprietários rurais ilegais⁶. Foi a gota d'água.

O padrão de idas e vindas nas comissões da Câmara segue até 2009, quando foi instituída uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados que designou o Dep. Aldo Rebelo (PC do B/SP) como relator do projeto. Uma vez designado o relator, tem início uma maratona de consultas, atos e audiências públicas. O jogo de forças conduzia, necessariamente, a um antagonismo: enfrentavam-se aqueles contra ou a favor do projeto. Nesta tensão, havia nítidas assimetrias: os parlamentares que argumentavam contra o projeto, apesar de minoritários dentro da casa, conectaram-se com o amplo espectro de entidades, movimentos sociais, organizações não-governamentais, agremiações sociais e formadores de opinião que já haviam se pronunciado em repúdio ao Novo Código Florestal (ver tabela 1: Entidades e Personalidades contrárias ao Novo Código Florestal).

Diziam não ao Novo Código Florestal Brasileiro então uma série de entidades que não construíam uma mesma frente de lutas desde a campanha pelas Diretas Já. Juntos, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ONGs ambientalistas como Imaflora e Instituto Socioambiental e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) compunham, junto com outras entidades, a coalizão que se tornou referência na luta contra o Novo Código: o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável. Para além desta frente, manifestaram-se oficialmente ainda a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC) (SILVA et. al., 2011) baseadas em estudos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) – conhecida como a flor do agronegócio brasileiro, referência nacional em formação de profissionais para a agricultura e pecuária em larga escala. Participaram das audiências ainda juristas renomados, formadores de opinião (desde artistas globais, como Vitor Fasano a artistas de renome, como a cantora Vanessa da Matta), diversos movimentos sociais do campo, agremiações estudantis, técnicos e sindicatos⁷.

⁶ Entrevista realizada com Carlos Antonio Rocha Vicente, Ex-Secretário Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente no primeiro mandato do Governo Lula.

⁷ Informações extraídas dos sites SOS Florestas (<http://www.sosflorestas.com.br>), do site do Comitê Brasil em defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável (<http://www.comiteflorestas.org.br>) e do site Floresta Faz a Diferença

Do outro lado da mesa estavam os que advogam pela implantação do Novo Código Florestal. Nesse caso, a composição da coalização é muito mais homogênea: entidades patronais em sua maioria, representantes de setores ligados diretamente à ocupação e uso do solo, além de especialistas que já figuraram no Congresso Nacional depondo favoravelmente a outras matérias de interesse ruralista. É nítido o recorte e a identidade de classe.

Audiências Públicas

Para além destes posicionamentos, a própria concepção dos requerimentos para realizar as audiências públicas diz muito sobre a atuação política dos dois grupos. Para aqueles contrários ao projeto, era hora de conectar-se com o que havia de mais representativo nos diversos setores da sociedade que eram contrários às alterações. O momento era propício para provar a tese ambientalista de que as mudanças propostas iriam contra as considerações da ciência, contra as recomendações dos juristas e favoreceriam apenas os grandes proprietários – ou os grandes desmatadores. E a estratégia para tal foi dar espaço para agentes com respaldo no campo jurídico, científico e dos movimentos sociais se pronunciarem sobre a matéria.

Este grupo de interesse opta portanto por uma concepção política onde a audiência pública deve servir como instrumento de diálogo entre legisladores e sociedade. É nítida a tentativa de criar discussões que superem a dicotomia “ambientalistas *versus* ruralistas” da casa, discutindo questões agrícolas e socioambientais como variáveis de igual peso para à sustentabilidade (econômica, ambiental, social) das atividades agropecuárias. Isto fica evidente nas chamadas para as audiências: anunciaram-se debates sobre zoneamento ecológico e econômico, sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como forma de valorização da produção agropecuária, sobre pactos setoriais pelo desmatamento zero, para citar alguns.

Foram convidadas ao debate entidades e personalidades as mais diversas. Dentro do universo das ONGs ambientalistas, pronunciaram-se desde as de cunho empresarial (como o Instituto Ethos) até organizações de denúncia, como o Greenpeace. Foram convidados ao parlamento também representantes de projetos intersetoriais da sociedade civil que avançaram na própria concepção de responsabilização socioambiental da legislação, como o Cadastro de Responsabilidade Socioambiental do Xingu.

Na esfera empresarial foram convidados a discutir até mesmo alguns dos maiores interessados nas mudanças no Código, como a cadeia de frigoríficos JBS Friboi. Essa convocação transita entre o constrangimento ético e o chamado à responsabilidade, mas abre a possibilidade de defesa. Neste sentido, foram chamadas especificamente as empresas financiadoras de campanhas eleitorais, como Bunge Alimentos S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional. No tocante à

segurança jurídica das mudanças também foram convocados convidados de peso: representantes do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP) e até o Ministro do STJ Hermman Benjamin.

Outro ponto de conflito discursivo evidente entre defensores e opositores ao projeto era a proximidade com o “povo do chão”. Os ruralistas puxavam para si a condição de porta-vozes dos pequenos agricultores e de seus anseios. A participação nas audiências de entidades como a Articulação do Semi-Árido e a Via Campesina Brasil – para além de todos os movimentos sociais do campo que se manifestaram nas ruas contra a proposta – depõe contra esta apropriação de lugar de fala.

Foram ouvidos também diversos setores do poder público: Secretários de Meio Ambiente, Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA. Além disso, houve também a preocupação em trazer formadores de opinião de peso para as audiências, como a jornalista Miriam Leitão, do jornal O Globo, e a atriz Cristiane Torloni.

Já no que diz respeito aos defensores do Novo Código Florestal, as audiências públicas pareciam servir a propósitos totalmente diferentes. O diálogo prioritário era aquele entre ruralistas e sua base, algo entre prestação de contas e demarcação de posição. O exemplo mais notório disso foi a primeira entidade convidada a comparecer a uma audiência pública pelo relator da matéria, o dep. Aldo Rebelo: a Companhia Vale do Rio Doce.

Não havia proposta política consolidada para a realização das audiências: reuniam-se aliados, quase que para convocar contribuições ao texto. As prioridades foram entidades patronais nacionais e regionais do agronegócio tradicional e do setor de florestas plantadas. Além disso, houve uma clara aproximação com o setor da construção civil – também interessado nas mudanças do Código Florestal – na figura do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).

A ausência de determinadas entidades também chama a atenção: o fato de que entidades de peso no Agronegócio Brasileiro, como a Confederação Nacional da Agricultura não estiveram presentes em nenhuma audiência convocada pela Câmara dos Deputados mostra que este não era um espaço privilegiado na disputa em torno do Novo Código Florestal. Funcionou portanto como uma forma de aparar as pontas faltantes, consolidando as redes de sociabilidade política (Elias, 1999) com entidades regionais e setores de afinidade.

Além disso as audiências públicas também serviam a dois propósitos no que diz respeito aos opositores da matéria. Taxados de “anti-democráticos” por rejeitarem categoricamente as considerações de qualquer setor da sociedade que fosse contrário à matéria, os ruralistas convidaram a se pronunciar alguns destes atores políticos – como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), ambos integrantes do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável. Uma vez ouvidos oficialmente,

suas considerações foram novamente rejeitadas. As audiências eram também um espaço para reforçar a tese lançada pelo Dep. Aldo Rebelo sobre certas motivações do terceiro setor ambientalista: foram convocados a discutir o Novo Código Florestal os financiadores da ONG SOS Mata Atlântica, que se destacou no combate à proposta. Além das audiências oficiais, registradas pela Câmara dos Deputados, aconteceram vários debates, audiências locais, além de seminários, convocados por ambas as partes. Segue assim até a apresentação do relatório de Aldo Rebelo, em 08 de junho de 2010.

O relatório Aldo

Outrora conhecido por seus discursos de oposição à União Democrática Ruralista (UDR), Aldo Rebelo juntou-se aos herdeiros políticos da extinta UDR e afirma-se como um dos grandes vetores deste processo legislativo. Seu relatório tornou-se icônico nesta disputa, tanto no conteúdo filosófico-político discursivo quanto como referência agremiadora da base do governo e da oposição em torno das flexibilizações propostas. Ao orientar a aprovação, o texto de Aldo teve respaldo por referências do patronato rural brasileiro, como o então Ministro da Agricultura Wagner Rossi⁸ e a presidente da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Senadora Kátia Abreu⁹.

Para muitos, seu relatório é uma ode discursiva aos negócios rurais, ao agricultor, à figura do boi. Nele Aldo reconcilia esteticamente o agronegócio com a pequena produção, onde a demanda do mais forte é apresentada como a chaga do oprimido. Contrapondo-se aos dois, aparecem os interesses internacionais, as ong's e o poder regulador do Estado. O papel de síntese intelectual do Dep. Aldo é fundamental para se compreender os rumos que o debate do Código tomou. O jornalista Cláudio Ângelo, designado pela Folha de São Paulo para cobrir o tema chega a dizer à época que “o nacionalismo do deputado do PC do B era a base intelectual que faltava à bancada ruralista para emplacar a "flexibilização" do Código Florestal. Bons de pressão, mas ruins de ideologia, os ruralistas tentam há quase uma década mudar a lei florestal. Político experiente e de base urbana, Aldo dá um verniz erudito à grita primal por mais produção e menos legislação. Cita Graciliano Ramos, José Bonifácio, Malthus.”¹⁰

⁸ Ver mais na notícia veiculada pelo Estado de São Paulo - ‘Relatório do Aldo é nota dez’, diz Ministro da Agricultura sobre o substitutivo ao Código Florestal disponível no link: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,relatorio-do-aldo-e-nota-dez-diz-ministro-da-agricultura-sobre-o-substitutivo-ao-codigo-florestal,653519,0.htm>

⁹ Ver mais na notícia veiculada pelo Estado de São Paulo - ‘Relatório do Aldo é nota dez’, diz Ministro da Agricultura sobre o substitutivo ao Código Florestal disponível no link: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,relatorio-do-aldo-e-nota-dez-diz-ministro-da-agricultura-sobre-o-substitutivo-ao-codigo-florestal,653519,0.htm>

¹⁰ Artigo publicado no site da Folha de São Paulo em 09/06/2010.
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0906201002.htm>

No relatório a questão ambiental em si é apresentada como algo legítimo a princípio, mas que seria um discurso de fachada para promover os interesses escusos destes setores, ligados indiretamente a interesses de nações estrangeiras. Não por acaso, o Dep. Aldo passou a ser figura de destaque nos eventos demarcadores de posição promovidos pela Frente Parlamentar da Agropecuária e entidades afins, além dos tradicionais membros da bancada e representantes de entidades patronais¹¹.

Entre os acordos políticos e a rua

Durante o tempo em que as discussões formais aconteciam nas comissões da Câmara, ocorriam as negociações entre a bancada ruralista e a base do governo. Melhor seria dizer entre setores da base do governo, já que reconhecidos partidos de base ruralista, incluindo o maior deles – PMDB - é parte dessa base. A opção pelo presidencialismo de coalizão gerou uma situação politicamente instável, onde os setores conservadores parecem sustentar o governo na medida em que têm agenda política prioritária assegurada. Talvez isso ajude a explicar o fato de que as reivindicações ruralistas são contempladas por este acordo.

Exemplos deste alinhamento pragmático são a redução via Medida Provisória de oito unidades de conservação na Amazônia para viabilizar a construção de megaprojetos hidrelétricos e atender a demandas de empresas mineradoras sem a avaliação técnica exigida por lei. Outro exemplo seria a aprovação da Lei Complementar 140, que retira poderes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Ibama, fragilizando o já mencionado Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Poderíamos citar ainda o pacote de medidas que reduziu o prazo para a realização de estudos de licenciamento ambiental, estabelecendo o prazo de 90 dias para que os órgãos responsáveis (IBAMA, FUNAI, Fundação Palmares entre outros) entreguem seus pareceres (LIMA, MAGARIDO e GONÇALVES, 2012). A medida é desproporcional à infraestrutura destas instituições e à própria dinâmica do conhecimento científico. A lista de exemplos segue, mas foge ao propósito desta investigação listá-los.

Há indícios de que as discussões e polêmicas deflagaram certa encenação por meio da qual tentava-se criar a sensação de que havia dissenso dentro das instâncias do governo: Câmara dos Deputados, Executivo, Ministérios. O discurso criado é de que o Governo Dilma estaria a apresentar uma proposta intermediária, que asseguraria certas salvaguardas ambientais, mas que essa proposta seria derrotada. A presidenta, traída por sua base incontrolável, teria se empenhado no entanto para manter o compromisso de campanha em que prometeu vetar as alterações ao Código Florestal.

¹¹ Ver mais na notícia “Produtores se mobilizam para aprovar mudanças no Código Florestal Brasileiro” <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/produtores-se-mobilizam-para-aprovar-mudancas-no-codigo-florestal-brasileiro-0>

Ora, esta versão se apoia em bases frágeis. Quanto à suposta “rebeldia da base”, o executivo já provou na aprovação de várias outras matérias (desde o orçamento até liberações de verba para o PAC) que tem a capacidade política de mobilizar a sua base segundo seus interesses e prioridades. A fluidez com que a matéria transitou pela casa, o número de votos “sim”, os compromissos assumidos com o Deputado Marco Maia (PT/SP) enquanto Presidente da Mesa, os acordos majoritários do Colégio de Líderes, as declarações quase uníssonas do Ministro da Agricultura Wagner Rossi e da Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, ambos favoráveis ao projeto, também levam a crer que a aprovação deste já teria sido debatida e acordada dentro deste mesmo governo.

Dentro da Câmara dos Deputados, havia um pequeno dissenso interno no PT (da parte de uma minoria que incluía o deputado Domingos Dutra, do Maranhão) e isto era apresentado como se existisse um racha interno. Partidos de forte apelo ruralista como o DEM, no entanto, liberaram o voto de seus parlamentares¹². As audiências públicas, reuniões, atos e seminários serviam neste contexto ora como momento de disputar opinião, (por parte dos atores não-governamentais), ora como subterfúgio para que os acordos partidários fossem costurados longe dos holofotes. Além disso, serviram também para criar as falsas sensações de que o povo estava sendo ouvido e de que o governo empenhava-se em trazer uma conotação mais “equilibrada” para o texto.

Ademais, na tramitação do Novo Código Florestal merecem destaque dois fenômenos: o contraste entre as manifestações de rua a favor e contra o projeto de lei e as barganhas envolvendo a data da votação. Os protestos contra o PL 1876/1999 refletiam a pluralidade dos movimentos e setores da sociedade que se pronunciaram sobre a matéria: protestos setoriais (cada movimento organizando o seu) e os maiores, sempre em Brasília, reuniam milhares de pessoas sob a convocatória do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável. Eram marchas grandes, diversificadas, onde se juntavam representantes de movimentos e organizações representativas de diferentes localidades do Brasil. Numa das mais expressivas, foram entregues mais de um milhão de assinaturas contra o Novo Código Florestal no Palácio do Planalto¹³.

A manifestação organizada pelos ruralistas¹⁴ às vésperas da votação, no entanto, foi quase

¹² As notícias da época exemplificam este tipo de narrativa. Para citar uma, indicamos a matéria “Desafio no Congresso, Código Florestal divide até governo”, publicada pela revista Veja em 02/03/2011: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/novo-desafio-no-congresso-codigo-florestal-divide-ate-governo>

¹³ Vide matéria divulgada no site O Eco em 29/11/2011. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/salada-verde/25481-abaixo-assinado-contrano-novo-codigo-florestal-chega-ao-planalto>

¹⁴ Vide matéria publicada no site do O Globo, “Ruralistas e ambientalistas travam guerra na votação do Código Florestal” em 11/05/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/ruralistas-ambientalistas-travam-guerra-na-votacao-do-codigo-florestal-2771376>

que um evento social. A estrutura física incluía cadeiras de plástico, tendas e um grande palco montado em frente ao Congresso Nacional. Estavam presentes comitivas de vários estados. De cima do palanque, as figuras históricas da bancada e alguns novos agregados, como o Dep. Aldo Rebelo, se revezavam ao microfone. Alguns outros manifestos isolados, (como por exemplo, aquele em que estenderam uma grande faixa com os dizeres “ONGs, voltem para o quintal de vocês, lá não tem APP”¹⁵) também chegaram a acontecer.

O fato é que os ruralistas, apesar de em determinado momento não mais poderem ignorar a opinião pública – especialmente depois da entrega do supracitado abaixo-assinado e da pesquisa do Datafolha que indicou que 80% dos brasileiros seriam contra as mudanças no Código Florestal¹⁶ – não viam neste o ponto principal de disputa. Os esforços estavam concentrados em garantir a votação, o regime de urgência e os votos das bancadas. As pressões se intensificam no final de 2010 e geram resultados em abril de 2011, quando o projeto entra na ordem do dia pela primeira vez.¹⁷

Para encaminhar a votação, era preciso efetuar algumas trocas simbólicas. A derrubada do ministro Antonio Palocci esteve relacionada a esse processo: Palocci era a principal ponte entre ambientalistas e o governo. Abriu mão do papel de conciliador ao enfrentar acusações de corrupção, sob ameaças da bancada ruralista. Junto com Palocci caiu o “kit anti-homofobia”, iniciativa do governo federal para a educação sexual não-opressora nas escolas. A chamada “ala conservadora” do Congresso Nacional, que tem em suas maiores expressões nas por vezes interligadas bancadas ruralista e evangélica, colocou a proteção ao ex-ministro e o cancelamento do kit como condições para seguir as orientações do governo no assunto do Código Florestal.

Apesar de atendidos em suas exigências, o tom do relatório final aprovado pela Câmara dos Deputados foi de acordo com o previsto pela bancada ruralista. Outra barganha importante foi aquela que garantiu ao Dep. Cândido Vaccarezza (PT/SP) na presidência da Câmara, em troca da concessão de pedido de urgência sobre o PL 1876/1999 requerido pelo deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), aprovado no início de Maio.

A partir de então, intensificam-se o tanto o *lobby* ruralista quanto a reação da sociedade. As negociações, protestos, abaixo-assinados, constrangimentos internacionais resultaram em vários adiamentos da votação. A votação aconteceu finalmente no dia 24 de maio de 2011, numa sessão que adentrou a madrugada. Como se sabe, a votação resultou em uma vitória expressiva para a

¹⁵Vide matéria publicada no site do O Globo, “Ruralistas e ambientalistas travam guerra na votação do Código Florestal” em 11/05/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/ruralistas-ambientalistas-travam-guerra-na-votacao-do-codigo-florestal-2771376>

¹⁶ Vide notícia publicada no site da Folha de São Paulo, “Datafolha indica que 80% rejeitam corte de proteção às matas” em 13/06/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/929142-datafolha-indica-que-80-rejeitam-corte-de-protecao-a-matas.shtml>

¹⁷ Análise feita pela autora a partir dos registros de tramitação de Projetos de Lei da Câmara dos Deputados.

bancada ruralista, que aprovou o texto com esmagadora maioria dos votos.

As sofisticadas estratégias políticas empregadas por eles para garantir esta vitória ao longo de vinte anos de tramitação do PL 1876/1999 contrastam com um incidente emblemático ocorrido durante a votação. O Dep. Zequinha Sarney (PV/MA) subiu à plenária para ler uma matéria do jornalista Felipe Milanez, em respeito à memória de um casal de ambientalistas, José Cláudio (também conhecido como Zé Castanha) e Maria do Espírito Santo, assassinados naquele mesmo dia. José Cláudio e Maria eram extrativistas do assentamento agroextrativista de Nova Ipixuna, nos arredores de Marabá (PA). Sua morte foi encomendada por fazendeiros da região, como represália à luta dos dois em defesa da floresta amazônica. Ao anunciar os assassinatos dos dois, houve uma grande vaia no plenário, partindo de deputados, assessores e espectadores ligados à bancada ruralista¹⁸.

O mesmo deputado que aguarda pacientemente ao longo de seus mandatos pela aprovação da matéria é aquele que engrossa uma vaia à morte de um casal de trabalhadores rurais. Exemplo claro da ambivalência de que nos fala Regina Bruno (2009): a truculência simbólica e literal convive com um sofisticado aparato, e com sofisticadas estratégias. O texto seguiria então para o Senado, de volta à Câmara e para a sanção, com vetos parciais, da presidenta Dilma Rousseff.

¹⁸ O registro completo sobre a vaia e sobre os assassinatos de Zé Cláudio e Maria do Espírito Santo está disponível no documentário de Felipe Milanez, Toxic Amazônia, disponível no link http://www.vice.com/pt_br/toxic/toxic-amazon-part-1

Capítulo 3

Do latifúndio territorial ao latifúndio simbólico

Análise de discurso dos pronunciamentos da Bancada Ruralista durante as votações do Novo Código Florestal na Câmara dos Deputados

Neste momento da pesquisa analiso dois dos principais momentos de disputa em torno do Código Florestal: a primeira votação em regime de urgência (realizada no dia 11/05/2011, obstruída por falta de *quorum* regimental) e a votação definitiva, onde foi aprovado o relatório Aldo Rebelo e a Emenda 164. O recorte assim se orienta pois são momentos de diálogo intenso com os diversos setores que compõem os grupos de interesses que a matéria mobilizou. Especialmente, a base ruralista - que ocupou as galerias da Câmara dos Deputados presencialmente e através de lobby próprio - e o espectro desta base e da sociedade em geral que é atingida pela cobertura dos grandes meios de comunicação (altamente mobilizados para estes dois momentos).

Este recorte deixa de fora momentos relevantes, que mereceriam uma análise mais detalhada. O Relatório Aldo e sua apresentação, por exemplo. É um momento singular e decisivo para conjuntura política que tornou possível as alterações no Código Florestal. É através dele que o Dep. Aldo Rebelo se consolida enquanto catalisador de demandas das elites econômicas que constroem seu poderio a partir da ocupação e do uso do solo, bem como assume o papel de formulador ideológico. A construção deste relatório sela também o acordo entre os setores antagônicos da Base do Governo (grupos que se reúnem em torno do PT e do PMDB, respectivamente) e Oposição.

No que diz respeito à relações entre política institucional e mídia, valeria também uma análise mais detida sobre as discordâncias encenadas entre Governo e Oposição. Apesar de os autos confirmarem que votar o Relatório Aldo é de interesse do Governo, construiu-se a partir de estratégias de controle discursivo (FOUCAULT, 1986), uma suposta polêmica em torno do texto. O motivo para esta pesquisa não adentrar-se nestes dois momentos específicos fundamenta-se na opção por sintetizar o que é escolhido por esta elite para ser ressaltado nestes momentos em que os olhos do Brasil estão voltados para o Congresso Nacional, e o que isto significa enquanto constituição de identidades interclasses e intraclasse. Procura-se aqui analisar qual enunciado (FOUCAULT, 1999) procura ser construído em torno desta alteração, num momento de comunicação privilegiada entre locutores (ORLANDI, 1999).

Principais locutores

Como protagonistas destes processos, temos um grupo de parlamentares que lidera e

enumera os principais elementos discursivos da tese ruralista nas mudanças da legislação. São eles: o relator da matéria, Dep. Aldo Rebelo (PC do B / SP), Dep. Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB (PMDB / RN), Dep. Luiz Carlos Heinze (PP /RS), Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM / BA), Dep. Valdir Colatto (PMDB /SC), Dep. Duarte Nogueira (PSDB / SP), Dep. Ronaldo Caiado (DEM / GO), Dep. Paulo Piau (PMDB / GO), Dep. Giovanni Queiroz (PDT / BA), Dep. Moreira Mendes (PPS / RO), Dep. Silvio Costa (PTB / PE), Dep. Abelardo Lupion (DEM / PR) e Dep. Nelson Marchezan Junior (PSDB /RS).

Estes oradores se destacam não só pelo número de vezes que subiram à tribuna durante as votações, mas também pelos elementos levantados em seus discursos. São teses compartilhadas, argumentos que se complementam e se repetem. Dentre estes formuladores encontram-se figuras históricas do ruralismo brasileiro, tal como o Dep. Ronaldo Caiado, figura protagonista das demandas dos grandes proprietários rurais desde a Constituinte de 88 (VEIGA, 1990). Observa-se também a participação de figuras com alto peso político, como o líder de um dos maiores partidos da base do governo. A composição partidária atravessa os diversos setores da direita: desde a Oposição (PSDB e DEM), aos recentes aliados do Governo (PP e PMDB), até o PDT.

A ocasião exige que se pronunciem as visões deste mundo acerca dos elementos decisivos para se pensar as relações entre meio ambiente e Estado, de modo que os significados expressos venham a favorecer a reprodução da estrutura ruralista de poder. Primeiramente, é preciso afirmar que, para estabelecerem-se enquanto bloco, os ruralistas lançam mão da estratégia discursiva de delimitar quem são, ou melhor: como se define o “destinador” (SOTO, 1998), quem é este sujeito locutor. Da mesma forma, como o eu envolve também definir quem é o outro. Neste caso, quem é sujeito interlocutor que se põe entre o “destinador” e seu o objetivo.

Definidas as posições, tem início uma disputa pelas versões. É a retórica da esperança para o produtor rural *versus* a retórica que denuncia a crise ambiental. No segmento relacionado com a bancada ruralista, existe três elementos centrais: a noção de pequeno produtor, o diagnóstico acerca do Estado Brasileiro, e o que poderia definir-se enquanto “Brasil Real”. A seguir, cada um destes pontos será detalhado. Mas há ainda um ponto fundamental, que primo para compreender o desenrolar da enunciação. É a comunicação das conquistas que o Relatório Aldo e a Emenda 164 asseguram. O que é ressaltado na votação, das mais de 600 emendas apensadas no Relatório e do Substitutivo em si (também extenso), explicita as prioridades deste setor em relação a esta matéria.

As conquistas

“Mantivemos as regras de reserva legal”

“APPs continuarão sendo as maiores do mundo”

“Será possível aos agricultores somar Reserva Legal à Área de Preservação Permanente”

“Será possível também aos agricultores que não possuem reserva legal na sua propriedade compensá-la no mesmo bioma, mesmo que fora do seu Estado, o que também era uma reivindicação antiga dos produtores brasileiros”.

“Aos pequenos proprietários, àqueles detentores de até quatro módulos fiscais em todo o Brasil, será reconhecida como Reserva Legal, única e exclusivamente, a área existente na sua propriedade de vegetação nativa no ano de 2008, sem que lhes caiam nos ombros o custo de uma compensação ou de uma recomposição que eles, evidentemente, não tem condições de realizar.”

“Os agricultores, para regularizar sua área, não estarão mais submetidos à tirania dos Termos de Ajustamento de Conduta, impostos muitas vezes por promotores inexperientes e algumas vezes insensíveis à situação da agricultura brasileira.”

“Os agricultores não precisarão gastar recursos de que não dispõem para averbar as suas reservas e as suas exigências ambientais em cartórios, porque poderão simplesmente cadastrar na Prefeitura, no Estado ou no órgão ambiental da União a sua Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente.”

“Os agricultores terão simplificado o processo de registro daquilo que lhes exige a legislação ambiental. Os pequenos produtores precisarão apenas fazer uma declaração de boa-fé nesse sentido.”

Pronunciamento do Deputado Aldo Rebelo (PC do B /SP) para emitir parecer em Plenário em 11.05.2011 (grifos meus)

“Outra virtude é a inclusão também das áreas de exploração de salinas, apicuns a parte de produção de camarão, de produtos marítimos, como uma área consolidada dos nossos pequenos produtores, inclusive artesanais. Por fim, as várzeas dos nossos rios não foram modificadas (...).”

Pronunciamento do Dep. Duarte Nogueira (PSDB – SP) durante a votação em Plenário em 24/5/2011 (grifos meus).

Dos trechos ressaltados percebe-se que existem duas frentes de diálogo. Uma, com a opinião pública, preocupando-se em deixar explícito que dois dos mais citados dispositivos legais (Reservas Legais e Áreas de Proteção Permanente) não haviam sido extintos, mas alterados. O simples fato de

que os dispositivos da Reserva Legal e Área de Proteção Permanente não foram excluídos da legislação é ressaltado pelos membros da bancada de forma direcionada para a repercussão negativa das mudanças propostas. O caráter desta alteração é de redução drástica do percentual de vegetação nativa que a lei obrigaria a preservar. Este viés é comunicado pelo relator Aldo Rebelo através de outros caminhos, mais conforme se desenrola a apresentação do parecer.

Para os locutores interessados, base política da bancada ruralista, estão direcionados os demais itens. A possibilidade de somar a quantidade de floresta preservada nas Reservas Legais e a Área de Proteção Permanente, a desobrigação de comprovar perante o Estado que as supracitadas áreas estão de fato preservadas, e os demais dispositivos apontam para uma sinalização geral de que, nas vias de fato:

1. Está diminuído o percentual de floresta nativa que deve ser preservado obrigatoriamente nas propriedades;
2. Com o relatório Aldo, passam a existir diversas modalidades de opções discursivas e jurídicas que justifiquem o uso intensificado do solo.

Estas possibilidades são a redução das possibilidades de fiscalização, a desobrigação de recompor áreas desmatadas antes de 2008, a isenção de Reserva Legal para propriedades com até 4 módulos fiscais, etc. Existem várias “exceções” previstas em lei, e é essa multiplicidade de brechas que foi comunicada de forma prioritária àqueles interessados em expandir as modalidades possíveis de ocupação e uso do solo.

Quem sou eu para que vos fale assim?

*“(vota contra o adiamento da votação do Novo Código Florestal) quem defende o direito de propriedade, quem defende o direito à produção, quem zela pela segurança jurídica vai votar não, sobretudo, Sr. Presidente – e concludo, pedindo mais um minuto -, quem tem a **hombridade** de honrar o mandato para o qual foi eleito, quem tem a consciência de se voltar para os seus eleitores e dizer: **Eu estou honrando a delegação que vocês me deram.**”*

Pronunciamento do Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM – BA), argumentando contra a obstrução da votação em Plenário do dia 11.05.2013 (grifos meus).

Ao momento da votação, estava claro que o Novo Código Florestal era uma pauta de classe,

sem eco nos demais segmentos da sociedade. A tese da luta pelo pequeno agricultor encontrava forte contraponto nas manifestações contrárias ao projeto por parte do MST e da Via Campesina (que tem, entre os seus componentes, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA). A afirmação de que o Código Florestal em vigência era antiquado e por isso inadequado com o conhecimento científico produzido até então havia também entrado em contradição, visto que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) publicaram documentos contrários às alterações propostas e defendendo a importância dos dispositivos previstos no Código para a manutenção dos ecossistemas brasileiros. A palavra de ordem de que a mudança seria em prol de uma “segurança jurídica”, enquanto tese política, sai enfraquecida com o pronunciamento de grandes figuras do jurídico brasileiro, bem como da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com duras críticas à coesão dentro do ponto de vista legal¹⁹.

Apesar das controvérsias, todos estes elementos continuam presentes na fala dos ruralistas. Mas agora, ao invés de ocuparem papel central, enquanto argumentos em si, figuram como argumentos acessórios. Nas votações, a Bancada Ruralista assume-se enquanto bloco político, descrevendo-se com uma série de características validadoras de suas percepções sobre o que chamaram de “Brasil Real”. Nisso, entram o que definem enquanto interesse do pequeno agricultor, enquanto segurança jurídica e enquanto interesse estratégico para o país. A tese da Bancada Ruralista apoia-se na descrição que faz de si mesma enquanto bloco político, e de sua relevância para o cenário nacional.

Frente às acusações que os nomeiam porta-vozes do atraso, a Bancada esforça-se por construir um enunciado para si onde seja caracterizada como a salvação do PIB brasileiro, “defensora da agricultura”²⁰, porta-voz de um “agronegócio vitorioso, recorde sucessivo na produção de grãos”²¹. Filiam-se diretamente à uma agricultura que trabalha em ritmo febril, setor de interesse deste e de todos os governos. Auto-denominam-se o “setor que produz, que cresce e que alimenta este país, que é o orgulho desta Nação Brasileira”²². É esta agricultura próspera que intervém na realidade para criar o que chamam de “O Brasil Real”, e o seu papel de protagonista neste modo de produção o colocaria também no papel de formulador. Do latifúndio territorial ao latifúndio simbólico: reivindicam para si o direito de, simplesmente, discriminar entre o que é real e o que não é.

Esta concepção de realidade brasileira é o justificante reivindicado a todo momento nas disputas de classe. Espera-se do Estado Brasileiro gratidão pelo montante de impostos arrecadado e pelo papel que o agronegócio ocupa na economia. Diz o Dep. Luiz Carlos Heinze (PMDB – RN), na

¹⁹ Ver capítulo 2.

²⁰ Trecho de discurso do Dep. Aldo Rebelo (PC do B – SP) no primeiro dia de votação.

²¹ Trecho de discurso do Dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB – RN) no segundo dia de votação.

²² Idem.

segunda votação:

“Se o Brasil, Sr. Presidente, está pagando a sua dívida externa, tem reservas cambiais, é graças a essa gente que está aqui em cima (aponta para as galerias, ocupadas por uma multidão de homens engravatados que aplaudem). Foram os produtores rurais que acumularam essas reservas.”

É a partir disso que passam a sustentar suas teses sobre o que falta ao pequeno produtor, de qual é o Brasil Real, de qual é o papel do Estado com relação a eles. Os membros da bancada ruralista apresentam-se a si mesmos enquanto “aqueles que defendem o pequeno agricultor”²³. Defendem, mas sem sê-lo nem pretender sê-lo. Ou seja: defendem os interesses do pequeno agricultor, reivindicando o peso simbólico deste grupo para si, sem reivindicar mais pertença do que a situação de conhecedor, ou de filho de pequeno agricultor.

Sendo portanto os porta-vozes de um agronegócio moderno, sustentável e próspero, sendo os bandeirantes que trazem para a realidade “o Brasil Real”, passam a estipular o que deveriam dizer os demais lugares de fala envolvidos neste debate. Impossibilitadas as parcerias simbólicas com as demais entidades de classe, o caminho passa a ser de estipular uma série de máximas em forma de verdades que remeta a eles. Enquanto mantenedores do “Brasil Real”, os ruralistas apresentam-se também como:

1. Os “verdadeiros ambientalistas”.

“Ambientalistas somos nós que estamos defendendo a agricultura responsável e séria. Utilizamos apenas 20% das áreas agricultáveis do Brasil e ainda assim somos os maiores produtores do mundo.”

Pronunciamento do Dep. Silvio Costa (PTB - PE), durante votação em
Plenário do dia 11.05.2013.

Segundo a narrativa que construíram para si, os produtores rurais do Brasil são aqueles que produzem sem destruir, que de forma intuitiva e vocacionada produzem riqueza de forma sustentável. Para isso, citam números extrapolados do que deveria ser o cumprimento *ipsi litteris* do Código Florestal, bem como da redução dos índices de desmatamento. Nas discussões que subsidiaram a tomada de decisão por parte dos órgãos públicos competentes para criar o Plano de Combate ao Desmatamento, no entanto, estes mesmos sujeitos políticos foram contra as medidas.

²³ Trecho de discurso do Dep. Valdir Colatto (PMDB – SC) no segundo dia de votação.

2. Os defensores da pequena agricultura.

“E os grandes produtores não precisam deste Código Florestal, porque tem recursos e tem estrutura para se ajustar a qualquer legislação. Mas me preocupam os pequenos agricultores de todo este País.

Como nordestino, como baiano, conhecendo os Municípios que margeiam o Rio São Francisco ou essa fronteira agrícola que se abre no oeste do meu Estado, não podia conviver com a necessidade de atualizarmos a legislação.”

Pronunciamento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM - BA),
durante votação em Plenário do dia 11/05/2013.

É significativa a opção por se dizer “a voz do pequeno agricultor”, ao invés de “o pequeno agricultor em si”. É a figura mistificada deste pequeno agricultor que traz o elemento discursivo que salvaguarda todas as mudanças. Menciono brevemente aqui para refletir de forma mais extensa abaixo.

3. Pareceristas técnicos;

A despeito da posição expressa pelos devidos representantes dos domínios de conhecimento, científico e jurídico, os ruralistas mantêm a sua tese da inadequação da legislação. Seguem a dizer que é antiquada, inadequada para a realidade brasileira. Se não se referem ao estado da arte nas ciências nem na constitucionalidade, procuram então comparação com o Brasil que conhecem e ao qual dão manutenção: “o Brasil Real”. Dos rincões às fronteiras agrícolas, este Brasil é a realidade que só eles, políticos com terra e seus aliados, conhecem e sob o qual somente eles estão autorizados a falar.

4. Praticantes de uma atividade de risco;

“Bastam os problemas do endividamento, das interpéries naturais, do câmbio, da não garantia do preço mínimo e tantas outras questões que geram insegurança àqueles que geram riqueza para o nosso Brasil. Nós temos que no mínimo essa segurança garantir: termos na legislação algo claro, eficaz e eficiente, para garantir a segurança de todos nós brasileiros do presente e do futuro.”

Dep. Nelson Marchezan Junior (PSDB - SP), em pronunciamento na votação do dia 24.05.2011

O lugar simbólico de pedra de sustentação da economia traz junto a esta formulação a exigência de um Estado subserviente às demandas deste setor. Pede-se incentivo à produção em tempo de vacas magras, premiações em tempo de vacas gordas. Qualquer tentativa de regulação é combatida como traição, como afronta ao direito de propriedade.

E) Hombridade

“Esse é o presente que esta Casa vai dar ao Deputado Aldo Rebelo, hoje, com todos os Deputados responsáveis preservando a produção brasileira, dando segurança jurídica a todos os nossos produtores e fazendo com que esta Casa vista a calça, legisle, não delegue a outros burocratas o trabalho de tomar conta da produção dos produtores rurais.”

Pronunciamento do Dep. Abelardo Lupion (DEM - PR), durante a votação em Plenário do dia 11.05.2011

A ambivalência citada por Regina Bruno (2009) aparece nitidamente nos chamados à masculinidade da bancada ruralista e aliados. Acoplado a uma sofisticada retórica que disputa no imaginário da população brasileira o direito de produzir sentido sobre a realidade do país, está a evocação à figura do latifundiário tradicional, bonachão, onde o direito sobre a família e sobre a propriedade são ambos do domínio da posse. É recorrente o chamado à hombridade, à figura do coronel segundo descreve Leal (2012).

F) Sobretudo, afirmam-se enquanto Governo.

“E quero dizer aqui ao meu Governo: não sou aliado do Governo Dilma, eu sou o Governo Dilma. Eu tenho o Presidente da República, que não foi nomeado, foi eleito. Eu sou o governo de Michel e o Governo de Dilma, sou Governo do PMDB e sou Governo do PT. Então, não se diga aqui que se está derrotando o Governo. Como que um Líder de uma base importante do Governo derrotaria seu Governo, se a proposta é nossa?”

Eu digo S.Exas., ao Ministro Lobão, ao Ministro Wagner – não é preciso, porque esse é parceiro nosso -, ao Ministro Pero Novaes, ao Ministro Nelson Jobim, ao Ministro Moreira Franco: antes de V.Exas serem Ministros, são meus companheiros de partido; antes de serem Ministros, vocês são do meu partido.”

Pronunciamento do Dep. Henrique Eduardo Alves (PMDB - RN), durante a

Mais do que se afirmar enquanto um movimento suprapartidário “pró-país”, a bancada ruralista ressalta diversas vezes seu papel dentro do atual governo. Esta fala é emblemática e demonstra o jogo de forças presente nesta frente ampla que compõe a base do governo. Ora, sendo o setor produtivo que se reivindica enquanto o mais relevante da economia, agente de transformação da realidade do centro até os rincões do país, força decisiva dentro do governo, quem é o outro que se opõe a ele? Vamos agora às descrições ruralistas sobre seu par opositor nesta matéria, os ambientalistas.

Os mandruvás: Quem é o outro, para que a mim se dirija desta forma?

*“Este é o momento de a classe que produz e trabalha ser **alforriada**, ter uma legislação clara. E digo alto e bom som: esses verdes, Sr. Presidente, são comparáveis aos mandruvás na lavoura. Nós os conhecemos bem. Nós produzimos alimentos. Nada é mais verde que o mandruvá. Mas só sabe comer e destruir nossas lavouras. Esses, sim, estão aqui pra jogar contra o setor produtivo primário.”*

Pronunciamento do Dep. Ronaldo Caiado (DEM - GO), durante a votação em Plenário do dia 24.11.2013

A construção do outro ao qual se opõe a Bancada se dá no sentido de vilanizar os opositores. São aqueles que vem para roubar e para destruir, que se beneficiam da produção rural, como todos os seres humanos - alimentando-se, mas que a escravizam ao tornar mandatória a preservação, daí a comparação com a lagarta. São peões a serviço de uma conspiração internacional contra o setor produtivo primário brasileiro, a mando das nações ricas, cuja agricultura se construiu a partir da exploração irrestrita dos recursos naturais.

Essa conspiração se traduz nas tentativas de regular os territórios onde impera a produção agrícola: criam-se leis inaplicáveis, com o intuito de inviabilizar e tornar clandestina a produção rural. Apoiam-se no efeito da causa ambiental na sociedade brasileira para sustentar uma atividade “panfletária (...) para ganhar votos”.

Percebe-se também que as estratégias discursivas da Bancada Ruralista orientam-se sempre no sentido de construir um enunciado onde escapem das acusações de ser uma elite legislando em causa própria. Assim sendo, devolvem a crítica aos ambientalistas, ao dizer que estes “que criticam os oligopólios não vão fazer isso contra os banqueiros, contra as grandes multinacionais que nos exploram”.

Postulam também que todos os dispositivos de compensação ambiental (créditos de carbono, por exemplo) são feitos a partir de fora, dos grandes conglomerados agrícolas dos países ricos. É culpa do Bill Clinton, do Al Gore, e aqueles que defendem a importância destes mecanismos são os verdadeiros “criminosos”. São estrangeiros, ou então brasileiros desconectados do “Brasil Real”. O cerne da questão é criar uma suposta dicotomia entre “defensores da agricultura e do meio ambiente, que (*supostamente*) tem posições opostas”.

A declaração do Dep. Silvio Costa sintetiza a tese ruralista:

“ O debate entre Oposição e Governo, mas entre os que defendem uma produção agrícola responsável e séria, com a visão de um país que hoje é o maior produtor de grãos no mundo, e uma parcela panfletária que faz da bandeira do ambientalismo mote para tentar ganhar votos.

Eu não vi sequer uma proposta consequente a favor do Brasil por parte dos chamados ambientalistas.”

Brasil Real x Um país que não existe

“Eu quero aqui fazer uma explicação, de tantas que já fiz, mais uma vez. Nós temos um Brasil legal, que tem uma legislação ambiental rígida conhecida no mundo todo como exemplo. Mas temos, de outro lado, um Brasil real, aquele do campo, o verdadeiro, onde está o produtor, sofrendo.

Esse Brasil real não combina com esse Brasil legal.”

Pronunciamento do Dep. Moreira Mendes (PPS - RO), durante a votação em Plenário do dia 24.11.2013.

Ora, o que está posto é um combate de versões. Constroem para si o ideário de homens que conhecem a realidade do chão, e seus oponentes como imperialistas que querem legislar sobre a produção rural a partir de conhecimentos da cátedra, de elaborações teóricas que não corresponderiam à prática. Postulam sua forma de produzir como a mais avançada do mundo, logo a única possível.

Estas determinações por parte do poder público, influenciado pela sociedade civil, amparado por acordos internacionais, teriam gerado um cenário onde a “ **agricultura brasileira passou a ser uma atividade praticamente clandestina**” Para reparar esta situação, seria preciso preservar o patrimônio natural brasileiro: na leitura ruralista, este patrimônio é a vocação agrícola, que se traduz

na competitividade internacional, a qual reivindicam responsabilidade, e na habilidade e persistência do pequeno agricultor.

“O pobre produtor rural”

“Imaginemos aqui o que os fiscais do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, das Secretarias Estaduais e do próprio Ministério Público não vão fazer com o pobre produtor rural quando encontrarem um pedaço de terra em pousio? Já vão dizer que é abandonado. Por isso é que nós somos contra a retirada dessa parte do texto, pedindo aos Deputados que votem contra o destaque.”

Pronunciamento do Dep. Moreira Mendes (PPS - RO) durante a votação em Plenário do dia 24.11.2013

O pequeno produtor rural é o escudo discursivo da Bancada Ruralista. A partir dele as manobras políticas se justificam, é tudo em prol do pequeno, para salvaguardar o direito do pequeno. O pequeno agricultor a quem se referem é um ser oprimido pelo estado, pressionado pelas intempéries naturais, potências estrangeiras e pela legislação ambiental. Têm dom natural para trabalhar a terra, e por isso mesmo é um patrimônio a ser preservado pelo país. É nesse sentido que o Dep. Aldo Rebelo descreve seu relatório como destinado a

“tirar da ilegalidade os agricultores do meu país, a quem dediquei meu relatório, a quem reconheci, em cada canto do Brasil a que fui, a sua grande contribuição à história, à riqueza, ao emprego, à cultura e aos interesses do povo brasileiro, os pequenos, os médios, os grandes cada um cumprindo o seu papel, a sua tarefa, e representando para o Brasil um patrimônio diferenciado.”

Encena-se portanto uma unidade de classe, em que os grandes defenderiam o interesse dos pequenos. Parte-se do princípio de que o pequeno agricultor é zona de influência da bancada ruralista, seja na folha de pagamento ou na base social. É a partir deste pequeno, vulnerável e necessitado trabalhador que se cria o alibi para descaracterizar todas as críticas direcionadas à bancada. O segmento patronal precisa da justificativa de solidariedade intraclasse para justificar as mudanças interessantes ao seu setor.

O Estado

Dada esta leitura da realidade, o papel do Estado reivindicado pelos ruralistas é de um Estado que favoreça a expansão agrícola sem nunca ultrapassar a fronteira da cerca. O Estado deve facilitar a vida deste produtor rural mitificado, pois regulação é interferir no Brasil rural, no Brasil que existe e que produz. Dizem:

*“Todos nós sabemos que é **impossível sacrificar** empregos urbanos e rurais, sacrificar áreas que produzem alimentos para consumo interno e exportação, para atender a uma legislação que pode ser atendida. O meio ambiente pode ser preservado no Brasil sem sacrificar emprego, renda, produção de alimento e tudo o que o campo nos oferece.”*

Dep. Aldo Rebelo (PC do B - SP) emitindo parecer sobre a matéria durante votação em Plenário do dia 11.05.2011 (grifos meus)

No Brasil real, o que está em jogo é a existência do ethos do campo: qualquer influência externa retira dinamismo e altera as relações de produção. Quanto aos actantes não-humanos (LATOURETTE, 1994), nada há de ser dito, a não ser que o equilíbrio entre produção e preservação já foi atendido. No “Brasil Real”, o “Brasil é o país da Clorofila”²⁴.

²⁴ Pronunciamento do Dep. Silvio Costa (PTB - PE), durante votação em Plenário do dia 11.05.2011

Conclusão

O mito do Brasil Real

“(…) partindo da premissa de que a ideologia, estritamente falando, é apenas um sistema que reivindica a verdade - ou seja, que não é simplesmente uma mentira, mas uma mentira vivenciada como uma verdade, uma mentira que pretende ser levada a sério. A ideologia totalitária não tem essa pretensão. Não pretende, nem mesmo por seus autores, ser levada a sério - seu *status quo* é apenas o de um meio de manipulação, puramente externo e instrumental; sua dominação é assegurada, não por seu valor de verdade, mas pela simples violência extra-ideológica e pela promessa do lucro.”

Slavoj Zizek, em “Como Marx inventou o sintoma” (1996: 311-314)

A despeito do tom colérico e da evidente carga emocional com que boa parte dos discursos analisados foram proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, não consideraremos o fervor como evidência de convicção sentimental nas teses ruralistas. Como demonstramos, a Bancada Ruralista é um setor altamente especializado de uma gama ainda maior de atuação das elites rurais, especializado em apropriar-se das estruturas do Parlamento para favorecer as demandas desta classe. Neste sentido, seria ingênuo considerar que durante as votações seria possível acessar o *ethos* ruralista do modo como o significa os que deste *ethos* participam.

No entanto, desde que o PL 1876/1999 voltou a tramitar na Câmara dos Deputados as votações foram o momento de maior relevância política, se levarmos em conta o componente performático da interação no campo político legislativo. Todos os grandes meios de comunicação estavam atentos, a TV Câmara transmitia em tempo real, havia interlocutores atentos mobilizados por detrás das telas de TV, computadores, rádios. Para os interessados na aprovação da matéria, era o primeiro cenário favorável para a aprovação das mudanças em 15 anos. Finalmente contavam com os entusiastas das mudanças propostas ocupando posições relevantes no Governo (a exemplo do vice-presidente Michel Temer). Além disso, o Governo contava com ampla maioria nas duas Casas - Câmara e Senado. Para os diversos setores da sociedade contrários ao projeto, tratava-se de um momento de tensão e expectativas. De ambos os lados, muitas demandas foram depositadas para a atuação dos parlamentares naqueles dois dias.

Tão cenográfica quanto a “discussão” da matéria são os pronunciamentos em si. Quando um projeto desta magnitude vai a votação, subentende-se que os acordos entre as forças já estão

selados. No entanto, o que é dito tem uma imensa relevância, pois é o que será comunicado para a população em geral, para os grupos de interesse. Além disso, são os enunciados que mais saltam aos registros históricos.

No contexto da análise, a Bancada Ruralista descola-se dos demais segmentos e assume-se enquanto bloco. Assume também suas interpretações específicas sobre os mais variados temas. E para quem é este outro que ela fala? Fala menos para a parcela da população que é sensível ao discurso ambientalista - a estes bastam algumas repetições de chavões. Fala diretamente a os demais segmentos e atores políticos de sua classe social e de seu grupo de interesse: o Brasil que afirmam existir é o Brasil de hoje e o Brasil do devir. Falam, especialmente, ao Governo: em tom amigável, mas extremamente condicional. Um momento desta relevância política, não poderia ser tratado de outra forma a não ser de maneira estratégica.

Construtos intelectuais sempre estiveram presentes no *habitus* das classes dominantes agrárias brasileiras. Nos momentos limite as teses são formas de se preservar a estrutura fundiária do país, arrematando expectativas e tensões latentes na sociedade. Adequa-se o enunciado para evitar rupturas nas formas de reprodução do poder. Nas palavras de Octavio Ianni:

“Há uma argamassa ideológica que cimenta os blocos de poder, ajuda a construí-los, reconstruí-los, explicar suas mudanças. Em diversos níveis, as metamorfoses campo-cidade, agricultura-indústria, classes sociais rurais e urbanas-sociedade civil, sociedade civil-estado, sob várias perspectivas essas metamorfoses compreendem sempre a produção intelectual. Há sempre construções ideológicas organizando a “vocação agrária” do Brasil, a “sociedade civil débil”, a “democracia racial nos trópicos”, a “índole pacífica” do povo brasileiro, a “vocação industrial do Brasil”, o “milagre brasileiro”, o “o Brasil Potência”, a “importância da conciliação nacional” como formas de evitar a revolução social.” (2004)

O Brasil que existe: ideologia patronal

A sustentação política dos parlamentares da Bancada Ruralista tem *loquo* no território e encontra os seus meios de reprodução a partir do aparelhamento da estrutura burocrático legal do Estado. Logo, a estratégia do segmento legal desta elite agroindustrial é moldar a legislação segundo a sua ideologia de classe. Desta forma, a territorialização do poder não é apenas garantida mas também justificada, gerando os necessários meios para a reprodução das suas relações de produção dominantes (ALTHUSSER, 1996), no sentido político e econômico.

Isso se dá a partir de enunciados complexos. Resgata-se a bandeira da vocação agrícola do Brasil, presente desde as primeiras articulações ruralistas no Brasil (MENDONÇA, 2000). Destaca-

se o contraponto entre a defesa do patrimônio natural com a defesa de todo o patrimônio relacionado por eles à agricultura: desde ganhos macroeconômicos, associados à sua condição de elite econômica, quanto às habilidades do agricultor do chão e os detalhes da estrutura produtiva extensiva no campo (empregos, colheitas, etc). Introduzem até mesmo um conceito próprio de futuras gerações, relacionado à permanência de grandes negócios acumuladores de capital no país.

São uma série de elementos elencados como mecanismos discursivos evidenciadores de sentido, tendo como álibi essencial a defesa do produtor rural. Por ela tudo se justifica, e é daí que a diferenciação principal com o seu par opositor, os ambientalistas, se dá. Procuram construir uma narrativa onde eles sejam aqueles que se importam com as pessoas e os outros os que se importam com um meio ambiente fantasioso, com o qual não convivem nem conhecem.

O arremate final é o mito do “Brasil Real”. Abraçam a disputa das disputas: versar, diretamente, sobre a realidade dos fatos. É o esforço por dotar o *status quo* de sentido, de simbolizá-lo (ZIZEK, 1996). Deste esforço nasce um desdobramento interessante da luta de classes, onde o grande, ao invés de se apoiar nas possibilidades e valores que lhe são próprios - o lucro, o acesso à terra, o acúmulo de capital - tenta fagocitar o mundo do outro, como forma de justificar interesses que lhe são próprios. Contraria a direção heurística ordinária do binômio substância e sujeito (ZIZEK, 1996). A miséria do pequeno produtor cai no fetiche da mercadoria: a condição de explorado, preâmbulo para a reivindicação de direitos, se utilizada como elemento discursivo numa situação de não-opressão vira acessório para a obtenção de privilégios. A exploração, coisificada, torna-se ao mesmo tempo álibi para quem explora, alavanca para apurar a concentração de terras e de riqueza no campo. É, em suma, uma disputa pelo direito de uso sobre a estética da vida simples e honrada no campo.

Enfim: o que é relevante dos discursos dos ruralistas nas votações do Novo Código Florestal não é o que eles estão “querendo dizer”, mas como a própria forma de dizer já demonstra a maneira sob a qual este grupo tem agido na transformação da realidade ao seu próprio modo. O mito do Brasil Real é uma situação histórica concreta, ao mesmo tempo que é uma ideologia em-si. (HEGEL, 1992). O Brasil que descrevem é coerente com o Brasil que trabalham para produzir: seja no complexo de idéias que povoa as diversas entidades patronais rurais, seja na materialidade da ideologia (leis, políticas públicas, prioridades do exercício de governo). Mas há fronteiras: o “Brasil Real” dos ruralistas não se transformou em ideologia total, nos termos de Mannheim (1986). O discurso não teria como modificar os índices de desmatamento, ou garantir o amplo apoio dos camponeses, e nem pretende isso. Apesar de dialogarem com o conjunto da sociedade brasileira, o discurso patronal da bancada é no sentido de orientação intra-classe. Confere sentido às práticas do grupo, em seu segmento legislativo e nos demais também - vide apupos e palmas nas galerias.

O latifúndio simbólico segue a mesma lógica do latifúndio territorial: da cerca pra dentro ninguém pronuncia o que se passa, sobre o território pode falar quem o desabrava e quem o possui.

As fronteiras e o direito de fincar as cercas seguem sendo defendidas, não sem truculência. Ninguém passa, a ninguém se confere legitimidade, não havendo acordo antes com o dono da terra. Não existe ciência dos dois lados da cerca, a Constituição também serve a propósitos diferentes. O pequeno agricultor não fala por si, sua persona simbólica é capturada pelo também simbólico coronel. Reproduzindo o padrão de dominação empregado no coronelismo, onde dentro das propriedades o dono é o Estado, a religião, a opinião, o voto e a voz do próprio trabalhador (LEAL, 2012), os ruralistas trazem para si todos os papéis. São a vanguarda da agricultura, são a voz dos pequenos produtores rurais, são a última palavra sobre a lei e sobre a técnica, são também os ambientalistas. Negam as metas internacionais de redução de emissões de CO₂, mas também são aqueles chamados pelos organismos internacionais a arcar com o peso de "alimentar o mundo". São os responsáveis pela geração de riqueza e os únicos capazes de acabar com a fome e com a miséria.

Em suma, ocupam todos os lugares de fala envolvidos na disputa, travando uma máxima que conduz a um só elemento. Isto não é de forma nenhuma contraditório: o ponto-chave para entender o enunciado que circunda estas mudanças no Código Florestal é que: os ruralistas podem ocupar todos os lugares de fala porquê, em última instância, eles são o Brasil.

No Estado de Direito, quem detém o Parlamento tem o poder de fabricar o espírito das leis. A partir do espírito das leis, conforma-se boa parte da história. Num movimento quase dialético, o movimento dos políticos com terra alterou o território segundo o seu enunciado, e após um processo de mais de vinte anos abre caminho no discurso legal para que seja oficializado o “Brasil Real”. Despreza-se o que é convencionalizado “conhecimento”, bem como a “realidade do homem comum” nos termos da parábola de Berger e Luckmann (1985). O mito do Brasil Real figura, na verdade, o encontro das impressões advindas da vivência, das mudanças empreendidas de forma ativa e da realidade que se quer consolidar.

O projeto político da burguesia rural segue uma linha consistente: existe a luta, de fato e simbólica, mas esta luta é pelo domínio do *status quo*. Enquanto elite que não passou por processo revolucionário para chegar ao poder, bem salienta Octavio Ianni (2004), os políticos detentores de terra não se movem no sentido de provocar mudanças drásticas no Estado. Não precisam, desde que os contornos deste se ajustem à sua forma própria de produzir e reproduzir as relações materiais e simbólicas de produção (ALTHUSSER, 1996) que garantem o seu domínio, seja no planalto central, seja nos rincões do país.

Não é à toa que o Dep. Aldo Rebelo faz questão de dizer que “*Mesmo aquela área não legalizada definitivamente neste projeto recebe o alento e a expectativa da legalização, o que a legislação não oferece nem assegura*”. As alterações no Código Florestal comunicam à sociedade

brasileira que, em última instância, as utopias e fantasias são válidas enquanto forem discursos descolados da realidade. Da porteira para dentro fica assegurado o Brasil Real.

Tabela 1: Segmentos que manifestaram-se a favor do Novo Código Florestal - Período 1o Semestre de 2011

Segmentos que manifestaram-se a favor do Novo Código Florestal - Período 1o Semestre de 2011		
Atores	Setor - Entidade ou Cargo que representa no setor	Manifestação
Wagner Rossi	Governo Federal - Ministro da Agricultura	Declaração à Imprensa
Thomas Shannon	Governo estrangeiro - Embaixador Americano	Telegrama exposto via Wikileaks
André Ricardo Passos	Setor empresarial - Sócio da Brunello Passos	Declaração à Imprensa
Aldo Rebello	Deputado Federal - Relator do novo Código Florestal	Declaração à Imprensa
Ciro Siqueira	Blogueiro	Declaração à Imprensa
Ana Amélia Lemos (PP-RS)	Deputada Federal	Discurso em plenário
Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)	Frente Parlamentar	Manifestação de rua
Jilson Francisco da Silva	Secretário de Estado - Pasta de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (MT)	Manifestação de rua
Elsó Vicente Pozzobon	Sindicato - Presidente do Sindicato Rural de Sorriso (MT)	Manifestação de rua
Rui Prado	Entidade Patronal - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Estado de Mato Grosso (Famato)	Manifestação de rua
Assuero Doca Veronez	Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)	Evento Temático
Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas FAEA	Entidade Patronal	Evento Temático
Sindicato das Cooperativas e a Organização das Cooperativas (OCB-AM)	Entidade Patronal	Evento Temático
José Hilton de Sousa	Entidade Patronal - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Maranhão (FAEMA)	Evento Temático
Henrique Alves (PMDB-RN)	Deputado Federal	Discurso em plenário
Mário Borba	Entidade Patronal - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba	Evento Temático
Kátia Abreu (DEM-TO)	Entidade Patronal - Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)	Declaração à Imprensa
José Mário Schreiner	Entidade Patronal - Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG)	Evento Temático
Nelson Ananias	Entidade Patronal - Assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)	Declaração à Imprensa
Walter Horita	Entidade Patronal - Associação de agricultores e irrigantes da Bahia (AIBA)	Declaração à Imprensa

Tião Vianna	Governo Estadual - Governador do Acre	Evento Temático
Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri)	Entidade de classe	Evento Temático
Reinhold Stephanes (PMDB-PA)	Deputado Federal	Declaração à Imprensa
Associação Brasileira do Agronegócio em Ribeirão Preto (Abag-RP)	Entidade Patronal	Evento Temático
José Álvares Vieira	Entidade Patronal - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte - FAERN	Declaração à Imprensa
Mônika Bergamaschi	Entidade Patronal - Diretora da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (Abag)	Evento Temático
Blairo Maggi (PR/MT)	Senador da República	Discurso em plenário
Empresários cearenses do agronegócio	Representantes Patronais	Manifestação de rua
Muni Lourenço Silva Júnior	Entidade Patronal - Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA)	Manifestação de rua
Maria das Dores Munhoz	Prefeitura Municipal - Prefeita do município de Boca do Acre	Manifestação de rua
Fazendeiros de São Félix do Xingu	Representantes Patronais	Manifestação de rua
Abelardo Lupion (DEM-PR)	Deputado Federal	Declaração à Imprensa
Ruy Fabiano	Jornalista	Declaração à Imprensa
Eduardo Reidel	Entidade Patronal - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL	Evento Temático
José Álvares Vieira	Entidade Patronal - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte - FAERN	Declaração à Imprensa
Paulo César Quartiero (DEM-RR)	Deputado Federal	Evento Temático
Chico das Verduras (PRP-RR)	Deputado Federal	Evento Temático
Jhonatan de Jesus (PRB-RR)	Deputado Federal	Evento Temático

Tabela 2: Segmentos que manifestaram-se a contra o Novo Código Florestal - Período 1o Semestre de 2011

Segmentos que manifestaram-se a contra o Novo Código Florestal - Período 1o Semestre de 2011		
Atores	Setor - Entidade ou Cargo que representa no setor	Manifestação
Greenpeace	ONG Ambientalista	Manifestação no Congresso
Raul do Valle,	ONG Ambientalista - Diretor do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA)	Evento Temático
Sergius Gandolfi	Academia - Pesquisador da USP Área Ciências Biológicas	Evento Temático
Curt Trennepohl	Governo Federal - Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama)	Declaração à Imprensa
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	Entidade Religiosa	Declaração à Imprensa
Malu Nunes	ONG Ambientalista - Diretora executiva da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	Declaração à Imprensa
Mario Mantovani	ONG Ambientalista - Diretor de Políticas Públicas - SOS Mata Atlântica	Declaração à Imprensa
Paula Ellinger e Paulo Barreto	Instituto independente de pesquisa - Imazon	Declaração à Imprensa
Ivan Valente (PSOL-SP)	Deputado Federal	Declaração à Imprensa
Cristiane Torloni	Artista Global e ONG Ambientalista - Amazônia Para Sempre	Declaração à Imprensa
Silvio Marchini	Academia - Doutor em Conservação da Vida Silvestre, fundador da Escola da Amazônia	Declaração à Imprensa
Via Campesina	Movimento social camponês	Declaração à Imprensa
Adriana Ramos	ONG Ambientalista - Secretária Executiva do Instituto Socioambiental (ISA)	Declaração à Imprensa
Fundação Grupo Boticário	ONG Ambientalista	Manifestação de rua
SOS Florestas	Movimento social ambientalista	Manifestação de rua
Paulo Mendes Filho	Entidade Secretário de Meio Ambiente da CUT/RS	Declaração à Imprensa
MST	Movimento social camponês	Manifestação de rua
Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf)	Entidade camponesa de base	Manifestação de rua
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	Movimento social camponês	Manifestação de rua
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Movimento social camponês	Manifestação de rua
Agência Nacional de Águas	Governo Federal - Agência Reguladora	Declaração à Imprensa
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Central Sindical	Manifestação de rua
Márcio Macêdo (PT)	Deputado Federal	Manifestação de rua
Chico Alencar (PSOL-RJ)	Deputado Federal	Manifestação de rua
Alfredo Sirkis (PV-RJ)	Deputado Federal	Manifestação de rua

Vicente Almeida	Entidade de Classe - Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário	Evento Temático
Antonio Donato Nobre	Academia - Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	Declaração à Imprensa
Cândido Grzybowski	ONG Social - Agência Ibase	Declaração à Imprensa
Dieter Wartchow	Academia - Engenheiro especialista em saneamento básico	Declaração à Imprensa
Ricardo Negreiros	Academia - Especialista em pagamento por serviços ambientais	Declaração à Imprensa
Sarney Filho (PV)	Deputado Federal	Declaração à Imprensa
Marta Salomon	Movimento Social Camponês - MST	Declaração à Imprensa
Luis Zarref	Academia e Movimento Social Camponês - Mestre em Agroecologia pela UFSC e dirigente do MST	Declaração à Imprensa
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	Academia	Declaração à Imprensa
Academia Brasileira de Ciências (ABC)	Academia	Declaração à Imprensa
Antonio Nobre	Academia - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).	Declaração à Imprensa

Referências Bibliográficas

ACCIOLY, I.; SÁNCHEZ, C. Antiecológico no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 25, p.100, 2012. Editora UFPR.

AGUIAR, Neuma (org.). **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **Práticas institucionais e grupos de interesse: A geografia da bancada ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro**. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. p.132.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. Elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 133-162

BRUNO, Regina. **Nova República: a violência patronal rural como prática de classe**. Sociologias, in Porto Alegre, ano 5, no 10, 2003, p.284 - 310

_____. **Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

_____. et al. **Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Mauad X. Ed. UFRRJ, 2009.

_____. **Redes de sociabilidade, redes de poder – Sobre os Deputados Federais da Bancada Ruralista (Legislatura 2007 2011)**. Trabalho apresentado no 2º Encontro da Rede de Estudos

Rurais UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

CAMARGO, Orson José Roberto. **Elite política e a renegociação das dívidas do crédito rural o caso da bancada ruralista**. Tese de Mestrado. Campinas, Universidade Federal de Campinas/UNICAMP, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania**. In: Revista Brasileira de História, São Paulo: vol.21, 1994.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FRADE, Laura. **Bancadas Suprapartidárias no Congresso Nacional Brasileiro 1995 - 1996**. Tese de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política/IPOL, 1996.

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Paris, Gallimard, 1984.

GONÇALVES COSTA, S.H. ; OLIVEIRA, A. U. **O estudo das questões ruralistas na geografia brasileira**. Revista Geográfica de América Central, v. 2, p. 122, 2011.

HEGEL, W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

JUNIOR, Wilson Rodrigues Ataíde. **Os direitos humanos e a questão agrária no Brasil: a situação do sudeste do Pará**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

KAPLAN, V. Carina e ORCE, Victoria (org.). **Poder, prácticas sociales y proceso civilizador: Los usos de Norbert Elias**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime administrativo no Brasil**. 7ª Edição. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro:

Ed. 34, 1994.

LIMA, André, MARGARIDO, Bazileu e GONÇALVES, Marco. **Rio 92 - Rio +20 Agenda Socioambiental: avanços e obstáculos pós Rio 92**. Documento base do Observatório dos Retrocessos Socioambientais na Cúpula dos Povos. Rio de Janeiro: 2012.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

MARX, Karl. **O capital**. Vol. 1 São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990**. João Pedro Stédile (org.). 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura**. Mundo Agrario Revista de Estudos Rurales. Vol. 1. Argentina, 2000.

MEYNAUD, Jean. **Os Grupos de Pressão**. Lisboa: Publicações Europa América, 1966.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes 1999.

PEREIRA, Paulo Trigo. **Governamentabilidade, grupos de pressão e o papel do Estado**. Em **A Reforma do Estado em Portugal: problemas e perspectivas**. Ata do I Encontro Nacional de Ciência Política. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.

PINHEIRO, Marina Brito. **Os dilemas da inclusão de minorias no parlamento brasileiro: a atuação das frentes parlamentares e bancadas temáticas no Congresso Nacional**. Tese de Mestrado. Programa de PósGraduação em Ciência Política . UFMG, 2010.

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM. Documento de Avaliação 2004 -2007.. Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento, Secretaria Executiva, Ministério do Meio Ambiente (DPCD-SECEX-MMA), 2009.

SANTOS, Luiz Alberto. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas -**

Análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil. Tese de Mestrado. Centro de Pesquisa e PósGraduação sobre as Américas/Ceppac. Universidade de Brasília: 2007.

SANTOS, Manoel Leonardo. **Teoria e método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma revisão da literatura no período 1994 - 2005.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo: 2008.

SEVÁ, Janaína Tude. **Classes Patronais rurais e conflitos sociais. Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental.** Tese de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ. 2008.

SILVA, J.A.A.; NOBRE, A.D; MANZATTO, C.V.; JOLY,C.A.; RODRIGUES, R.R.; SKORUPA, L.A.; NOBRE, C.A.; AHRENS,S.; MAY, P.H.; SÁ,T.D.A.; CUNHA, M.C.; RECH FILHO, E.L. **O Código Florestal e a Ciência.** São Paulo: Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, SBPC. Academia Brasileira de Ciências, ABC. 2001.

SOTO, William Héctor Gómez Soto. **A análise do discurso nas Ciências Sociais.** Porto Alegre: UFRGS. Cadernos de Sociologia, n. 9, 1998.

VEIGA, José Eli da. **A Reforma que virou suco: Introdução ao dilema agrário no Brasil.** Editora Vozes. Petrópolis, 1990.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.